

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE LIMNOLOGIA E OCEANOGRAFIA  
CURSO DE MESTRADO EM SUSTENTABILIDADE DE ECOSISTEMAS

**BARTOLOMEU RODRIGUES MENDONÇA**

**A NATUREZA “É MINA, NÃO ACABA NUNCA”**: uma avaliação da sustentabilidade na  
Baía do Tubarão na percepção dos seus moradores

São Luís

2008

**BARTOLOMEU RODRIGUES MENDONÇA**

**A NATUREZA “É MINA, NÃO ACABA NUNCA”**: uma avaliação da sustentabilidade na  
Baía do Tubarão na percepção dos seus moradores

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade de Ecossistemas da UFMA, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Sustentabilidade de Ecossistemas.

Orientador: Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior

São Luís

2008

Mendonça, Bartolomeu

“A natureza “é mina, não acaba nunca”: uma avaliação da sustentabilidade na Baía do Tubarão na percepção dos seus moradores / Bartolomeu Rodrigues Mendonça. – São Luís, 2008.

92f

Impresso por computador (fotocópia)

Orientador: Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior  
Dissertação (Mestrado), Mestrado em Sustentabilidade de Ecossistemas, 2008.

1. Ecologia Social – Baía do Tubarão - Maranhão 2. Saberes rivais 3. Saberes consensuais 4. Grupos sociais 5. Natureza – Desenvolvimento. I. Título.

CDU 504.03 (812.1)

**BARTOLOMEU RODRIGUES MENDONÇA**

**A NATUREZA “É MINA, NÃO ACABA NUNCA”:** uma avaliação da sustentabilidade na  
Baía do Tubarão na percepção dos seus moradores

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade de Ecossistemas da UFMA, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Sustentabilidade de Ecossistemas.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2008

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior** (Orientador)

Doutor em Ciências Humanas  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Profa. Madian de Jesus Frazão Pereira**

Doutora em Sociologia  
Universidade Virtual do Maranhão

---

**Prof. José Policarpo Costa Neto**

Doutor em Engenharia  
Universidade Federal do Maranhão

Aos meus pais, em memória, a quem devo a vida biológica e moral.

*Odeio os indiferentes. [...] Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes.*

*Sou militante, estou vivo, sinto nas consciências viris dos que estão comigo pulsar a atividade da cidade futura que estamos a construir. ... Ninguém estará à janela a olhar enquanto um pequeno grupo se sacrifica, se imola no sacrifício. [...].*

*Vivo, sou militante. Por isso odeio quem não toma partido, odeio os indiferentes.*

*Antonio Gramsci*

*O pianista tem de dominar uma série de técnicas distintas – oitavas, sextas, terças, trinados, legatos, staccatos – e coordená-las, para que a execução ocorra de forma integrada e equilibrada. Imagine um pianista que resolva especializar-se (note bem esta palavra, um dos semideuses, mitos, ídolos da ciência!) na técnica dos trinados apenas. O que vai acontecer é que ele será capaz de fazer trinados como ninguém – só que ele não será capaz de executar nenhuma música. Cientistas são como pianistas que resolveram especializar-se numa técnica só.*

*Rubem Alves*

*[...] Estados Unidos: menos de 6% da população mundial consomem cerca de 40% dos recursos naturais do mundo. Se esse modo de produção industrial e estilo de vida se expandisse para toda a população da terra, seria necessário que cinco ou seis planetas iguais à terra estivessem disponíveis para o saqueio de recursos e recolhimento do lixo.*

*Ullrich, 2000*

*Tornei-me terrorista dos meus referenciais teóricos...*

*Carlos Jara*

## RESUMO

Este trabalho busca problematizar conceitos e práticas vinculados aos arranjos ecológicos, sociais, culturais e econômicos criados e utilizados pelos moradores da região costeira da Baía do Tubarão, localizada no litoral oriental maranhense, a partir da observação do pensar, do sentir e do fazer de moradores e de saberes técnico-científicos que versam sobre as temáticas de natureza, preservação, conservação, sustentabilidade, desenvolvimento, tecnologia, povos e populações tradicionais. Ressalta-se como argumento principal o entendimento de que os sistemas ecológicos, da área estudada, se mantiveram mais ou menos em condições “naturais” em função dos modos e meios de vida, caracterizados por baixas condições de acesso e manipulação de tecnologias de mercado que são próprias de grupos que manejam diretamente os recursos naturais com potenciais para disponibilizar alimento e abrigo. Esta constatação, somada às demais informações contidas ao longo deste estudo, poderão ser úteis para iluminar e/ou questionar políticas de tutela e intervenção, na área ambiental, direcionadas aos grupos juridicamente chamados de povos e populações tradicionais, além de se constituir documento que ajudará aos grupos alvo desta investigação acadêmica, ou com características semelhantes, na tarefa de se auto perceberem em suas práticas produtivas e culturais em função do manejo de sistemas ecológicos.

Palavras-chave: Saberes rivais e consensuais. Grupos sociais. Natureza. Desenvolvimento. Sustentabilidade.

## ABSTRACT

This work search to put in doubt the concepts and experiences to linked to the ecological arrangement, socials, cultural and economic created and used from the residents of the coast region of the Baía do Tubarão, situated in the eastern coastal maranhense, from the observation of the thinking, the feeling and the making of the residents and of knowledges technical-scientific that argument about the theme of nature, preservation, support, development, technology, people and traditional populations. Having like principal argument the understanding that the ecological systems, the studied area, remained more or less in conditions “naturals” in functions of the ways of life, characteristic for the low conditions of access and manipulation of technologies of the market, owns of the groups that handling directly the natural resources with potentials to available to them food and shelter. This established, add to the rest of informations that has in this study, it might be useful to light up and/or to question politics of protection and intervention, in the environment area, to turned to the groups juridically called from people and traditional populations, beyond constitute it in document that will help the groups target of this academic investigation, or with similar characteristics, in the chore of the understand him in their productive practice and cultural in function of the handling of ecological systems.

Keywords: Knowledges rivals and consensuals. Socials groups. Nature. Development. Support.

## LISTA DE SIGLAS

CNPT –	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
EJA –	Educação de Jovens e Adultos
IBAMA –	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO –	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
PNPCT –	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
RESEX –	Reserva Extrativista
RESEX-MAR –	Reserva Extrativista Marinha
SNUC –	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
UFMA –	Universidade Federal do Maranhão

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Reservas extrativistas criadas, setembro de 2006.....	21
Quadro 2 – Reservas Extrativistas em fase de criação, setembro de 2006.....	22
Figura 1 – Mapa para delimitação da RESEX-MAR da Baía do Tubarão .....	37
Foto 1 – Porto da Roça – Humberto de Campos/MA.....	38
Foto 2 – Bom Gosto – Icatu/MA.....	39
Foto 3 – Salgado – Icatu/MA.....	40
Quadro 3 – Descrição das etapas de campo com período, local, objetivo e resultados.....	42
Quadro 4 – Relação das entrevistas realizadas.....	44
Gráfico 1 – Distribuição dos entrevistados por faixa etária.....	46
Gráfico 2 – Distribuição dos entrevistados por sexo.....	47
Gráfico 3 – Distribuição dos entrevistados em função do estado civil.....	47
Gráfico 4 – Se o entrevistado tem filhos.....	47
Gráfico 5 – Número de filhos por entrevistado.....	48
Gráfico 6 – Número de filhos que residem fora do povoado.....	48
Gráfico 7 – Motivo de residir fora do povoado.....	48
Gráfico 8 – Com quem coabita o jovem que reside fora do povoado.....	48
Gráfico 9 – Principais atividades produtivas dos moradores dos povoados.....	56
Gráfico 10 – Se o entrevistado exerce outra atividade.....	56
Gráfico 11 – Atividade complementar exercida pelo entrevistado.....	56
Gráfico 12 – Importância da atividade complementar para os entrevistados.....	57
Gráfico 13 – Situação do entrevistado em relação às instituições sindicais.....	58
Gráfico 14 – Equipamentos/instrumentos utilizados nas atividades produtivas principais.....	59
Gráfico 15. Proprietários de embarcação.....	59
Gráfico 16 – Entrevistados que desejam ser proprietários de embarcação.....	59
Quadro 5 – Instrumentos, equipamentos e processos envolvidos no sistema produtivo.....	61
Gráfico 17 – Utilização de tecnologia de Processamento.....	62
Gráfico 18 – Padrão de construção das casas dos entrevistados.....	65
Gráfico 19 – Percepção do entrevistado sobre a extinção dos recursos.....	68
Gráfico 20 – Sobre a suficiência dos recursos para atender às demandas.....	68
Gráfico 21 – Se a atividade do entrevistado gera algum tipo de impacto.....	68
Gráfico 22 – Entrevistado que recebe seguro defeso.....	73
Gráfico 23 – Responsáveis pela degradação ambiental.....	74
Gráfico 24 – Conhecimento do entrevistado sobre RESEX.....	76
Gráfico 25 – Sobre o povoado do entrevistado pertencer a uma RESEX.....	76

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	14
<b>2.1</b>	<b>A “natureza” da sustentabilidade</b> .....	14
<b>2.2</b>	<b>Preservação da natureza</b> .....	17
2.2.1	Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Reservas Extrativistas.....	18
<b>2.3</b>	<b>Populações, povos tradicionais e territorialidades</b> .....	25
<b>2.4</b>	<b>Desenvolvimento</b> .....	31
<b>2.5</b>	<b>Ciência e tecnologia: uma disputa de pensares e fazeres</b> .....	32
<b>3</b>	<b>MATERIAL E MÉTODOS</b> .....	35
<b>3.1</b>	<b>Apresentação do campo empírico</b> .....	35
3.1.1	Os povoados pesquisados .....	38
<b>3.2</b>	<b>Trabalho de Campo</b> .....	41
<b>3.3</b>	<b>Levantamento e processamento de informações</b> .....	43
<b>4</b>	<b>RESULTADO E DISCUSSÃO</b> .....	46
<b>4.1</b>	<b>A organização social</b> .....	46
4.1.1	Sonhos de criança e de adulto também.....	49
<b>4.2</b>	<b>Modos e meios de vida</b> .....	54
<b>4.3</b>	<b>Aspectos tecnológicos e de produção</b> .....	60
<b>4.4</b>	<b>Noções de natureza e manejo de recursos</b> .....	65
4.4.1	O caranguejo em Porto da Roça: “é mina não acaba nunca” .....	68
<b>4.5</b>	<b>Questão fundiária e a proposição da RESEX-MAR</b> .....	74
<b>4.6</b>	<b>RESEX</b> .....	75
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	78
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	81
	<b>APÊNDICE</b> .....	87

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, segundo a literatura especializada, iniciou-se na Europa um debate que se ancorava em questões relacionadas aos impactos de potencial destrutivo dos ecossistemas naturais gerados pelo sistema de produção industrial de larga escala e alta tecnologia, que resultava na destruição de florestas e na emissão indiscriminada de gases poluentes que ultrapassavam as fronteiras nacionais, sugerindo uma questão ambiental globalizada, portanto seria necessário, segundo as nações ditas desenvolvidas, unir esforços para erradicar dos sistemas produtivos e do itinerário de circulação de mercadorias aquelas ações capazes de degenerar os ambientes naturais e restaurar a produção (ACSELRAD, 2004, 2006; BRITO, 2003; LOPES, 2004).

As políticas de preservação e conservação da natureza tomaram lugares privilegiados nos congressos nacionais e internacionais, era a nova ordem surgindo e impelindo todo cidadão de bem a seguir a nova etiqueta: “proteja a natureza” (ACSELRAD, 2006). Diversas reuniões foram realizadas e tratados assinados em função da problemática de agressão ao meio ambiente, alguns cumpridos e a grande maioria jamais saiu do papel ou das salas dos seus idealizadores.

Disso resultaram vultuosos investimentos em novas tecnologias (as tecnologias limpas, tecnologias de gerenciamento de conflitos), nos países do chamado terceiro mundo já que eles eram considerados responsáveis pela degradação ambiental em razão de sua pobreza material (ULLRICH, 2000; SHIVA, 2000).

Neste cenário, entretanto o que pouco se discutiu, ao menos em proporcionalidade às ações práticas de caça aos poluidores, de diagnósticos e intervenções terapêuticas, foram quais as concepções, conceitos, cosmovisões e interesses sustentavam as ações utilitaristas de salvação do planeta azul que apontavam para a necessidade de desenvolvimento dos povos ditos atrasados, bárbaros, selvagens, pobres, os supostos responsáveis pela degradação ambiental (SACHS, 2000).

Foi com esta perspectiva de análise que este trabalho ganhou forma, corpo e consistência. Ao estudar três povoados que fazem parte de um território sócio-cultural, no qual está sendo avaliada a viabilidade de criação de uma Unidade de Conservação, utilizamos tal expediente empírico para pensar arranjos e re-arranjos sócio-culturais nas relações entre atores e instituições sociais que disputam as noções práticas e simbólicas dos espaços supostamente naturais.

A intenção inicial desta pesquisa seria investigar como os moradores dos povoados que estão na área postulante a RESEX-MAR percebem a proposta de criação de unidade e qual grau de envolvimento dessas pessoas no processo. Mas, como a maioria desconhece o que seria Reserva Extrativista, redirecionamos o estudo para compreender os modos de vida dos moradores, as representações coletivas acerca das noções de natureza, sustentabilidade, tecnologia e suas relações com outros atores e instituições sociais envolvidos no processo e, assim, disponibilizar informações que subsidiem a continuidade das ações de criação da RESEX-MAR.

O objetivo deste trabalho, portanto, é problematizar e analisar categorias conceituais como natureza, sustentabilidade, desenvolvimento, preservação, povos e populações tradicionais, a partir dos usos e das opções feitas pelos moradores dos povoados estudados, no que tange aos seus sistemas produtivos e simbólicos que interagem com os sistemas ecológicos por eles manejados e suas relações com instituições formais promotoras e reguladoras do uso de ecossistemas considerados demandadores de preservação como é o caso da Baía do Tubarão. Em nenhum momento se pretende realizar inventário ou caracterização de qualquer natureza, seja da atividade pesqueira, seja de espaços ecológicos.

Nossa intenção neste trabalho é problematizar ao máximo o uso de categorias nativas e analíticas nas realidades objetivas dos povoados estudados. Sendo assim, não apresentaremos descrições etnográficas sobre as práticas produtivas ali encontradas, mas sugerimos a leitura de Andrade e Souza Filho (2006), Sá (2007) e Soares (2007), cujos trabalhos apresentam descrições, quadros, diagramas que dão conta dos processos produtivos que se assemelham ao campo empírico de investigação deste trabalho, ali podemos verificar calendários agrícolas e de pesca, descrição minuciosa do processo de fabricação das farinhas d'água e seca, da roça de São Miguel ou roça de verão, tecnologias e procedimentos que coincidem com os observados nos povoados que subsidiaram as reflexões contidas neste estudo.

Sendo assim, na **Revisão de Literatura**, fizemos grande esforço em apresentar e analisar criticamente conceitos e categorias como natureza, conservação, desenvolvimento, tecnologia que têm sido utilizadas indiscriminadamente tanto por instituições acadêmicas quanto pelos setores produtivos, de modo a operacionalizá-las sem as devidas discussões e nivelamentos de entendimentos e expectativas.

Os **materiais e metodologias** foram utilizados objetivando arquitetar o pensamento para uma análise mais livre que seguisse intuições e inferências que somente a mente mais ou menos desamarrada de cordas rígidas de métodos e procedimentos pode

alcançar, embora alguns entendam que isto pode fugir aos preceitos da construção ou apropriação do conhecimento. Cita-se ainda as observações mais soltas, entrevistas mais dialogadas, entretanto, para evitar controvérsias com pouca chance de dissuadir nos balizamos por um questionário semi-estruturado que serve como guia de todo o itinerário argumentativo.

Nos **resultados e discussões**, a partir das referências teórico-conceituais e balizas empíricas, fizemos discussões, indagações e problematizações acerca das informações construídas durante todo o percurso do trabalho de pesquisa. Buscou-se compreender os arranjos societários, as maneiras de pensar, sentir e agir dos interlocutores da pesquisa, é evidente que se trata apenas de uma interpretação possível dentre inúmeras, afinal a proposta central deste trabalho é sugerir que em se tratando de sistemas ecológicos, de grupos humanos, culturas, sistemas produtivos as verdades são relativas. Isto parece óbvio, mas faz-se necessário tal advertência, já que secularmente os operadores da ciência racional-instrumental insistem em encontrar a resposta definitiva, ainda que temporal, e passível de contestação, para os mais diversos dilemas existenciais.

O desafio que se revela neste itinerário conceitual e empírico é encontrar outras importâncias, abordagens, interpretações, investigando-se os porquês, os conflitos, os consensos e dissensos, o intangível no tangível dentro de um cenário supostamente objetivo e material.

Ao mergulhar nos mistérios das representações sociais sobre as idéias de natureza, conservação, preservação, desenvolvimento, tecnologia, ciências, sustentabilidade, *status* social, dos povos modernos e tradicionais, em todo este caldeirão discursivo objetivado nas práticas cotidianas, pudemos expor parte significativa de inquietudes intelectuais acadêmicas, mas, sobretudo, da condição humana.

Deixamos por hora o convite para uma leitura de possibilidades, como acreditamos ser o universo, o ser, as relações, a natureza.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 A “natureza” da sustentabilidade

O vocábulo *sustentabilidade* encerra uma polifonia que, em muitos casos, tem dificultado o entendimento e a efetivação do processo de comunicação que objetiva fazer com que os indivíduos que falam, expressam, escutam, lêem, executam, compartilhem de uma mesma interpretação e significado sobre o termo em questão.

Na prática, o próprio conceito de sustentabilidade não se sustenta, senão a partir de adjetivos que o situam no discurso, seja ele técnico, institucional ou acadêmico. A maior parte da literatura que se propõe a sugerir técnicas e metodologias para objetivar o uso do termo em situações concretas guarda, pouco ou muito, noções que são disputadas tanto no campo discursivo quanto no operacional.

Scotto, Carvalho e Guimarães (2007, p. 8) afirmam que “[...] a noção de desenvolvimento sustentável e a própria idéia de sustentabilidade são, mais do que conceitos homogêneos e bem delimitados, campos de disputa sobre diferentes concepções de sociedade”. A problematização de abordagens e utilizações do termo sustentabilidade, juntamente com *desenvolvimento*<sup>1</sup>, pode servir para uma melhor compreensão do que se referem os autores em questão, já que praticamente todos os documentos, trabalhos acadêmicos, relatórios, projetos que se pautam pelo suposto princípio da sustentabilidade trazem junto o termo desenvolvimento, criando o clássico, e quase incontestável, binômio: *desenvolvimento sustentável*. Daí infere-se que a difusão da noção de sustentabilidade teve, desde a sua gênese, o firme propósito de re-significar as ações de desenvolvimento que sofreram sérios questionamentos a partir da década de 1960 (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2007).

A noção de sustentabilidade e suas variações, bem como a adição de termos ao seu sentido, como sendo um *locus* de disputa por significados, dialogando com concepções que advogam a possibilidade de uma suposta prática objetiva e capaz de conduzir a um modo de vida que considere aspectos ecológicos, sociais, culturais, econômicos podem ser percebidas nos trabalhos de Acselrad (2004, 2006) e Porto-Gonçalves (2006).

Outros estudiosos, entretanto, preferem classificar os aspectos da sustentabilidade como se existissem na realidade objetiva e fizessem parte de um sistema interpretativo

---

<sup>1</sup> Sobre *desenvolvimento* o leitor encontrará no subitem 2.4, deste trabalho, uma breve análise conceitual e histórica.

homogêneo. Bidone e Morales (2004, p. 34) listam uma série de dimensões de sustentabilidade: “ambiental, ecológica, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional, espacial, tecnológica, legal”, conceituando cada uma e demonstrando enorme esforço para compatibilizar aspectos que historicamente apareceram como espaços de disputas e conflitos, como o crescimento econômico e a equidade social; o aumento de produtividade de uma empresa e a preservação das suas fontes fornecedoras de insumos naturais e áreas de descarte de lixos e rejeitos gerados nos seus processos produtivos.

Tecnicamente aparecem várias propostas, como a de “internalizar as externalidades”, incorporando os passivos ambientais e sociais nas estruturas empresariais, mas que, na prática, têm sido utilizadas apenas como retórica de uma suposta “responsabilidade social e ambiental”, ficando os passivos sociais e ambientais diluídos nos mercados consumidores do tecido social. Desta discussão podem emergir algumas questões, mas uma impõe-se como fundamental para o prosseguimento da reflexão e continuidade deste trabalho: existe uma noção de sustentabilidade unificadora, isenta, objetiva, capaz de levar os diversos agentes e instituições sociais, com seus interesses, às vezes, antagônicos, a compartilharem um mesmo sistema simbólico, compreensivo e objetivo?

Não se trata, entretanto, de uma confusão apenas em função do significado direto do termo sustentabilidade. Por exemplo, se ela é ou não entendida como algo perene, forte, capaz de se manter com as mesmas características, ou se metamorfosear para garantir as condições de manutenção daquilo que se quer dar continuidade, seja social, econômica, ecológica, política, cultural. Mas o que se põe para análise e debate são, exatamente, quais os alvos da sustentabilidade, que metodologias são empregadas, quais são os agentes sociais legitimados para demandar, direcionar e operacionalizar ações de sustentabilidade, portanto não importa se há acordo sobre o conceito, mas importa, sim, como essa prática motivada pela cognição tem sido efetivamente veiculada, utilizada e processada no cenário de lutas por prestígio, reconhecimento e legitimação social, acadêmica, política, institucional, estatal.

Scotto, Carvalho e Guimarães recuperando o relatório do “Fórum de ONGs”, realizado em 1997, transcrevem que:

Quando muito se faz uso da noção de sustentabilidade para introduzir o que equivale a uma restrição ambiental no processo de acumulação capitalista, sem enfrentar, contudo, os processos institucionais e políticos que regulam a propriedade, controle e o uso dos recursos (FÓRUM BRASILEIRO apud SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2007, p. 49-50).

O que tem demonstrado a literatura consultada e as informações oficiais é que os pleitos, as concorrências pelo controle de espaços, insumos e reservas naturais têm aumentado e os conflitos, em alguns casos, se acirrado, o que pode ser indício de que a tal noção unificadora de sustentabilidade inexistente (ACSELRAD, 2004; LOPES, 2004).

Partindo desta constatação, ao utilizar o termo sustentabilidade e suas variações, neste trabalho, o faremos assumindo toda sua polissemia, contradição e disputas de significados pelos agentes envolvidos, inclusive intelectuais, pesquisadores e autores que analisam a matéria.

Talvez isto assuste e desperte a ação da vigilância epistemológica, que poderá acionar o *quantum* de capital acadêmico necessário para garantir a ordem, a racionalidade e a clareza das contribuições que um bom método e dados rigorosamente coletados são supostamente capazes de disponibilizar, produzindo resultados tidos como mais consistentes e incontestes, os quais são aceitos pelo campo acadêmico constituído no paradigma da necessidade, quase ávida, do conhecimento científico ou estatisticamente comprovado, revelando uma suposta verdade discursiva e objetiva (FOUCAULT, 1996).

Entretanto, com esta opção conceitual estaremos apenas em coerência com a compreensão que advogamos sobre o termo em questão: polissêmico, contingente, ambíguo. Ao contrário, quando, no campo acadêmico, se utiliza uma suposta definição de sustentabilidade nas bases da objetividade científica criam-se, ou melhor, falseiam-se realidades empíricas complexas ao utilizar o recorte extremo das ditas dimensões da sustentabilidade que nos processos sociais encontram-se inter-relacionadas.

Mensurar separadamente cada uma das dimensões de sustentabilidade e depois classificar se uma atividade, uma empresa, um pequeno povoado, uma cidade é mais ou menos sustentável neste ou naquele aspecto, conforme sugerem alguns estudiosos (BIDONE; MORALES, 2004) pode mascarar resultados ou mesmo dissimular conceitos subsumidos nas técnicas e procedimentos metodológicos ou estatísticos. Como exemplo, podemos citar as conclusões de Soares (2007, p. 67), que, embora, admita certa expressividade da sustentabilidade ambiental, afirma que os sistemas agroecológicos do Caçó<sup>2</sup> não se sustentam sócio-economicamente, ao inferir que “[...] a sustentabilidade ambiental é mais expressiva do que a socioeconômica, pois os sistemas não geram renda e não promovem a melhoria na qualidade de vida das pessoas, não sendo, portanto, socialmente adequados”.

---

<sup>2</sup> Lagoa do Caçó, ou região lacustre do Caçó, fica localizada no Município de Primeira Cruz / MA e foi o campo empírico utilizado pela pesquisadora.

Sendo assim, esta assertiva pode levar a compreender que qualquer sistema de produção e de organização social que escape às noções de acumulação de bens materiais e efetivação de renda seria “socialmente inadequado”.

## 2.2 Preservação da natureza

Nas sociedades ditas modernas, as lutas sócio-culturais têm-se consolidado nos diversos campos de disputas material e simbólica, quando, por exemplo, assume-se a inevitabilidade da chamada globalização, dos mercados mundiais e de *commodities*, do uso de conceitos e técnicas elaborados ou apropriados pelos centros acadêmicos e, correntemente, legitimados por instrumentos normativos e pelo uso, por parte de instituições públicas e privadas, de forma acrítica, isso privilegia uma única concepção que poderíamos chamar de *dominante* (BOURDIEU; PASSERON, 1992; BOURDIEU, 2002). Mesmo na academia, quando se difunde que o conhecimento racionalmente aceito e verdadeiro como sendo aquele calcado nas referências matemáticas e estatísticas, considerando uma amostra significativa capaz de identificar as regularidades da natureza ou mesmo dos sistemas sociais, também se opera com uma concepção dominante de ciência e conhecimento racional, embora se saiba da existência de inúmeras outras forma de pensar e compreender as realidades objetivas (ESCOBAR, 2005; LANDER, 2005).

Tais considerações são necessárias para iniciar uma argumentação que se refere às formas e maneiras de pensar, ordenar, preservar e utilizar os ambientes ocupados por diferentes grupos sociais humanos.

Uma abordagem que se insere neste debate têm sido as concepções e ações de conservação do ambiente, seja ele urbano ou não, embora se tenha focado mais a proteção de sítios menos modificados pela ação de grupos humanos, o que para muitos corresponde à “verdadeira natureza”, aquela que se mostra com toda exuberância selvagem, livre da mão destruidora do homem genérico<sup>3</sup> (DIEGUES, 1996; PORTO-GONÇALVES, 2005).

As idéias e as práticas de uso e de conservação da natureza estão, geralmente, vinculadas às bases conceituais e simbólicas que cada grupo social humano faz da própria idéia de natureza. Nessa direção, entre outras possibilidades, pode-se conservar para: resguardar um “lugar” sagrado, mítico; garantir o consumo de beleza estética, patrimônio de

---

<sup>3</sup> “Homem genérico” seria a concepção que se pode conceituar os grupos humanos indistintamente, sem levar em conta suas culturas seus modos e meios de vida, suas expectativas como grupos distintos que são e com experiências e necessidades próprias, fazendo uma homogeneização da idéia de homem e, por conseguinte, daquilo que pensam, que sentem, que fazem.

um povo; reservar valor; garantir equilíbrio ecológico, ambiental. Ações de proteção da natureza que vão da “gestão paisagística” à “gestão ambiental e ecológica” (BRITO, 2003).

Como já mencionado, antes de se efetivar qualquer ação de conservação, foi travada uma batalha que envolve diversos grupos e agentes sociais que irão disputar a definição e a efetivação do que e porque proteger, de quem e para quem proteger. Essas lutas ocorrem tanto no seio das mais distantes<sup>4</sup> comunidades de pescadores, pequenos agricultores, extrativistas, como nas complexas sociedades urbanas e, no seio de cada uma delas, podem-se verificar diversas formas de organização dos grupos sociais humanos disputando realidades espaciais e simbólicas.

Fruto das disputas entre instituições públicas, governamentais, privadas e os movimentos ambientalistas, surgiram diversos conceitos e procedimentos legais e instituições públicas e governamentais – como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – que se propõem a minimizar os conflitos sócio-ambientais e garantir a conservação ambiental e, em alguns casos, os direitos dos povos e populações chamadas de tradicionais, por meio da criação de normas e leis específicas ou de suas efetivações.

Como resultado da normalização e legalização das ações de proteção e conservação da natureza têm-se a institucionalização dos setores públicos responsáveis pela implementação dos expedientes legais e a consolidação da própria estrutura que irá regulamentar, ordenar, liberar ou restringir o uso de recursos e insumos naturais.

### 2.2.1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Reservas Extrativistas

A União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN apud BRITO, 2003, p. 19), define Unidade de Conservação como: “[...] uma superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada através de meios jurídicos e outros eficazes”.

Desde meados do século passado, o Estado Brasileiro, de forma descontínua e com quase nenhum planejamento, tem efetivado ações pontuais de conservação ambiental. Mais recentemente (a partir dos anos 1970), com a emergência de recomendações internacionais e fortes pressões dos movimentos ambientalistas nacionais e internacionais,

---

<sup>4</sup> Distância aqui tomando como referência o lugar físico ou simbólico do centro do poder, geralmente o núcleo urbano, mais próximo ou o centro mais legitimamente capacitado no assunto.

este mesmo Estado tem procurado sistematizar e planejar melhor sua política de intervenção na conservação dos biomas nacionais (BRITO, 2003).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, surge, em grande medida, para atender às demandas de planejamento, sistematização e, sem dúvida, como resultado de inúmeras disputas entre ambientalistas, cientistas, empresários, fazendeiros, agentes governamentais, lavradores, extrativistas, camponeses.

O SNUC fornece, também, um conceito de Unidades de Conservação, sua definição é dada pelo art. 2º dessa lei, abaixo transcrito:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p. 7).

Também na Lei nº 9.985/2000, encontram-se os tipos de Unidades de Conservação<sup>5</sup> (art. 7º do SNUC), quais sejam: Unidades de Proteção Integral, composta por: “Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre” e Unidades de Uso Sustentável, na qual se incluem: “Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; **Reserva Extrativista**; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural” (BRASIL, 2000, p. 13-16).

As Reservas Extrativistas (RESEX) são modalidades de conservação previstas no SNUC que permitem a presença humana em suas áreas, mas, pela própria legislação, é requisito fundamental que os grupos ocupantes mantenham atividades de baixo comprometimento do ambiente, ou seja, um modo de vida e meios de produção diferentes aos das sociedades urbanas, industriais e capitalistas. Sendo assim, para o SNUC (BRASIL, 2000, p. 17), RESEX é

[...] uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

<sup>5</sup> Nas “Unidades de Proteção Integral não é permitido o compartilhamento de seus espaços com atividades outras que não aquelas especificamente integradas ao objetivo da própria unidade, ou seja, como o objetivo primordial é o de preservar a natureza, admite-se apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, salvo exceções previstas na própria lei. Nas Unidades de Uso Sustentável, os recursos podem ser utilizados diretamente, desde que de maneira sustentável, uma vez que o objetivo dessa unidade é a compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (MIRANDA, 2007).

As Unidades de Conservação criadas até a edição do SNUC, inclusive as RESEX, resultaram de pressões dos movimentos sociais, de ambientalistas e de decisões políticas isoladas e não havia instrumentos legais que contemplassem sua articulação. Foi o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, Lei 9.985/2000), segundo Santilli (2006) e Brito (2003), que buscou integrar e articular as Unidades de Conservação já criadas e garantir a efetiva participação.

Embora se possa falar em pressão dos movimentos sociais na criação de leis e normas ambientais, no cenário da institucionalização “o Estado assume a tarefa de juntar provas sobre as condições da natureza e os efeitos da ação do homem, de editar normas e leis para dirigir o comportamento impondo obediência às novas regras” (SACHS, 2000, p. 126).

A institucionalização da conservação, portanto, pressupõe o controle territorial a partir de disputas de saberes, poderes econômicos, políticos, governamentais e culturais. É o que vem ocorrendo no processo de definição de unidades de conservação, notadamente com a efetivação das RESEX, que têm sido fruto de lutas de grupos sociais que demandam garantia de uso dos territórios ocupados tradicionalmente.

No Maranhão, até 2006, existiam quatro RESEX, oficialmente criadas, e dezessete solicitações de criação ao IBAMA (2006).

Quadro 1. Reservas Extrativistas criadas, setembro de 2006

Municípios	Nome da Resex e atividade dominante	Área Total (ha)	Situação fundiária	Ano de criação	Instrumentos Gestão	Nº comunid-ades	Nº de morado-res
Cururupu	<b>Cururupu</b>  Pesca	185.046	A regularizar	2004	Conselho Deliberativo: Criado. Associação: criada e funcionando. Plano de Manejo: 1º do Plano de Uso, Seminário realizado, Assembléias Comunitárias em setembro/2006, Assembléia de aprovação em 23 a 25/10/2006	15	8.000
Cidelândia	<b>Ciriaco</b>  Coco do Babaçu	8.543	77% regularizada; 23 % em ação judicial	1992	Conselho Deliberativo: criado e funcionando. Associação: criada e funcionando. Plano de Uso: aprovado.	03	300
Senador La Roque, Davinópolis e João Lisboa	<b>Mata Grande</b>  Coco do Babaçu	10.050	Com conflitos, GT ministerial para atuar na situação. Sem Demarcação e Inventário Fundiário. A ser demarcada	1992	Sem Conselho Deliberativo. Associação: criada e funcionando.	06	600
Mirinzal	<b>Quilombo do Frechal</b>  Coco do Babaçu, agricultura, juçara e pesca	9.542	Ação judicial.	1992	Conselho Deliberativo (em fase de regulamentação). Associação: criada e funcionando. Plano de Manejo: em discussão.	03	500

Fonte: IBAMA/CNPT Maranhão.

Quadro 2. Reservas Extrativistas em fase de criação, setembro de 2006

Municípios	Nome da Resex	Área Total (ha)	Situação legal	Laudos	Nº comunidades	Nº extrativistas
1. Paulino Neves <sup>6</sup>	Lagoa da Taboa	30.000	Processo CNPT/MA	Sócio-econômico e Ambiental (em elaboração). Inventário Fundiário (em elaboração).	32	3.000
<b>2. Icatu/Humberto de Campos</b>	Baía do Tubarão	120.000	Processo CNPT/MA	Sócio-econômico e Ambiental (em elaboração). Inventário Fundiário (em elaboração).	24	5.000
3. Penalva	Lagos de Penalva	36.000	Processo CNPT/SEDE (Brasília)	Sensibilização e mobilização comunitária e de outros atores	03	1.200
4. São Luís	Taim	14.400	Processo CNPT/MA	Sócio econômico e Ambiental (pronto). Inventário Fundiário (pronto).	06	650
5. Bequimão	Bequimão	80.000	Sem processo	Sensibilização e mobilização comunitária e de outros atores.	10	8.000
6. Guimarães	Guimarães	78.000	Sem Processo	Sensibilização e mobilização comunitária e de outros atores	10	7.000
7. Cedral	Cedral	45.000	Sem Processo	Sensibilização e mobilização comunitária e de outros atores	10	6.000
8. Carutapera	Carutapera	74.000	Processo – CNPT/SEDE (Brasília)	Sócio-econômico e Ambiental (em fase inicial). Inventário Fundiário (em início).	05	12.000
9. Porto Rico	Porto Rico	40.000	Processo – CNPT/MA	Sócio-econômico e Ambiental (em fase inicial). Inventário Fundiário (em início).	06	2.000
10. Alcântara	Ilha do Cajual	14.000	Processo – CNPT/MA	Sensibilização e mobilização comunitária e de outros atores (articulação com movimento quilombolas).	03	2.000
11. Cândido Mendes	Cândido Mendes	150.000	Sem Processo	Sensibilização e mobilização comunitária e de outros atores	14	12.000
12. Godofredo Viana	Godofredo Viana	90.000	Sem Processo	Sócio econômico e Ambiental (em fase inicial). Inventário Fundiário (em início).	7	8.000
13. Turiaçu	Turiaçu	250.000	Processo CNPT/MA	Sensibilização e mobilização comunitária e de outros atores.	12	9.000
14. São Luís	Guarapiranga	350.000	Processo CNPT/MA	Sensibilização e mobilização comunitária e de outros atores.	07	

<sup>6</sup> A área anteriormente solicitada para criação da Resex Ilha Grande do Paulinos, no Município de Tutóia, a partir de discussão com os moradores, foi encaminhada para criação de um Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), através do INCRA.

Quadro 2. Reservas Extrativistas em fase de criação, setembro de 2006 (Continuação)

15. Chapadinha	Chapada Limpa	14.400	Processo CNPT/MA, já enviado à DISAM (Brasília)	Sócio econômico e Ambiental (pronto). Inventário Fundiário (pronto).	08	600
16. Timom	Tucumã	8.000	Processo CNPT/MA	Sensibilização e mobilização comunitária e de outros atores.	05	1.200
17. Axixá	Axixá	7.000	Sem processo	Sensibilização e mobilização comunitária e de outros atores.	07	

Fonte: IBAMA/CNPT Maranhão

A RESEX de Chapada Limpa, em Chapadinha foi criada no ano de 2008, por decreto presidencial.

A forma como foram concebidas as primeiras Reservas Extrativistas no País, a partir das lutas de seringueiros para manter a floresta de pé, fazem com que sejam compreendidas como meios de garantir o território das populações tradicionais (SANT'ANA JÚNIOR, 2004). Elas, então, deveriam ser uma forma de contrapor ao fato de que a dinâmica produtiva da natureza é demasiadamente lenta para os fins da produtividade comercial e de mercado, de tal forma que os processos produtivos das populações tradicionais, que as ocupam e manejam, sejam mantidos nos limites da renovação da natureza (DIEGUES, 2002).

Ocorre que, de modo corrente, a concepção e a criação de RESEX têm sido pautadas no entendimento de que estas deverão criar condições de disputar mercados e adquirir sua autonomia econômica no mercado local, nacional ou internacional. Então, surge o questionamento: como manter os estoques naturais estáveis produzindo para competir nos mercados urbanos (que demandam bens e serviços acima das capacidades ambientais) onde se concorre com produtos industrializados?

O modelo de RESEX, ao propor privilegiar o modo de vida tradicional, deve, do mesmo modo, buscar mecanismos que valorizem e reconheçam social, moral, estética e coletivamente maneiras de ser e modos de fazer díspares daqueles da civilização ocidental moderna, urbana, construída ao longo de séculos sob o signo da mercadoria e do consumismo sob pena de incorrer em fracasso (DIEGUES, 1996; ESCOBAR, 2000). E conforme compreendeu Esteva (2000, p. 77), “para as pessoas ditas marginalizadas, desligar-se da lógica econômica do mercado ou do plano tornou-se uma condição primordial para sua sobrevivência”. E acrescentaríamos, ainda, que se tornou uma condição primordial para garantir a reprodução social e cultural dos grupos nestas situações.

Disso decorre que não deve ser objetivo precípua incorporar as experiências de RESEX às lógicas de mercado, mas, ao contrário, deve-se buscar o entendimento de que

outras formas de relacionar-se com a natureza são possíveis, levando homens e mulheres a serem felizes noutro paradigma de produção, organização social e moral, com outras perspectivas de consumo e de necessidades. A proposição e efetivação de RESEX, portanto, são incompatíveis com as bases sociais sustentadas no lucro e na mensurabilidade pautada em incremento de renda monetarizada, conforme grande parte dos seus idealizadores e implantadores tem advogado.

Nesta direção, podemos utilizar os argumentos de Shiva (2000, p. 310) ao mostrar o quanto as “economias tradicionais” têm condições de responder às demandas dos grupos sociais que experimentam alternativas fora da economia de mercado:

As economias tradicionais, cuja subsistência depende de uma ecologia estável, compartilham com as economias industriais desenvolvidas e afluentes a capacidade de utilizar a natureza para satisfazer suas necessidades vitais básicas de comida, vestuário e abrigo. No entanto, o primeiro tipo de sociedade difere do segundo em duas áreas fundamentais. Em primeiro lugar, nas sociedades industriais, as mesmas necessidades são satisfeitas através de cadeias tecnológicas muito mais extensas, que exigem um gasto bem maior de energia e de recursos naturais e também uma maior produção de lixo e de poluição, e que, além disso, impedem que um grande número de pessoas de baixo poder aquisitivo tenham acesso aos meios de subsistência. Em segundo lugar, a afluência e a superprodução estimulam a criação de necessidades novas e totalmente artificiais, incentivando um consumismo que, por sua vez, exige uma exploração ainda maior dos recursos naturais.

É fato que, nos últimos anos, as chamadas populações tradicionais residentes em áreas litorâneas vêm sentindo a diminuição dos recursos pesqueiros em função do aumento da concorrência e da demanda crescente dos mercados urbanos, além de diversas ameaças de alterações ambientais (mudanças climáticas, poluição, contaminação das águas e solos). Juntamente a isto, cada vez mais, instituições e gestores públicos, e mesmo instituições acadêmicas, desconsideram que estas populações significam “terra e mar como uma unidade da qual comunidades tradicionais dependem não só econômica como sócio-culturalmente” (CHAMY, 2007, p. 1).

A dessacralização da natureza, a ruptura da relação homem-natureza fez com que se deixasse de incorporar culturalmente aspectos de conservação e preservação presentes nos grupos sociais e se passasse a fazer a conservação/preservação de modo planejado, institucionalizado e apartado dos outros aspectos da organização social ou dos sistemas produtivos, o que tem feito, em muitos casos, com que proposições de conservação sejam assimiladas por certos segmentos sociais como sendo exógenas, distantes da realidade social mais imediata. Isto tem criado um descompasso entre as noções e ações oficiais de

preservação e aquelas gestadas nas relações objetivas dos grupos que manejam diretamente os recursos naturais.

### 2.3 Populações, povos tradicionais e territorialidades

O próprio conceito de RESEX trabalha com a noção de povos ou populações tradicionais. Os “*tradicionais*”, que aparecem no conceito jurídico de RESEX, seriam, em uma possibilidade interpretativa grupos que por quaisquer motivos mantiveram seus modos de vida e sistemas produtivos com baixo potencial de consumo de matéria e energia e, por conseguinte, pouca geração de lixo e rejeitos e mínima potencialidade de impacto aos sistemas naturais que ocupam histórica e culturalmente.

Como, também esta noção está longe de ser consensual, faz-se necessário examinar o debate em torno dos seus significados, dos seus usos e acionamentos tanto por parte de instituições como de agentes sociais envolvidos nos cenários de utilização e controle de territórios tradicionalmente ocupados por grupos, em alguns casos, chamados de minorias.

Diegues (1996, p. 87-88), sugere características que seriam suficientes para identificar as “culturas ou sociedades tradicionais”:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados às caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Examinando bem tais características, elas podem servir para identificar não apenas as chamadas populações tradicionais, mas, em grande medida, as sociedades industriais, afinal estas também dependem diretamente da natureza, ou os bens e produtos utilizados nas metrópoles são produtos criados apenas pela divina obra da ciência e da tecnologia. Em relação a território, nem há o que se discutir, a territorialidade está presente, e muito bem definida, também nas sociedades urbanas e industriais, bem como sua ocupação por várias gerações.

E a marca de atividades de subsistência como uma suposta característica dos grupos tradicionais? Ora, os moradores das periferias urbanas, que trabalham por um salário mínimo, também não fazem “atividades de subsistência” e vivem com reduzida acumulação de capital? Quanto à importância da estrutura familiar ou da organização comunal para os grupos tradicionais, é só examinar as oligarquias econômicas e políticas instauradas nas capitais de alguns dos nossos estados para encontrar contra-argumentos de que não são específicas desses grupos. Já os mitos e rituais que supostamente dirigem as práticas produtivas dos grupos ditos tradicionais, podem ser, do mesmo modo, encontrados nas práticas ditas racionais, procedimentais e burocráticas que direcionam a ciência, a tecnologia e as ações produtivas industrializadas que utilizam processos, técnicas e instrumentos como verdadeiros rituais produtivos, sem os quais os resultados não seriam os mesmos.

Mas, talvez o que mais impressiona em relação a categoria *tradicionais* é a distinção ou a hierarquização de práticas como sendo de alta ou baixa tecnologia. Virou verdade inconteste que as práticas camponesas, indígenas, de ribeirinhos são isentas de tecnologia ou, no máximo, detêm tecnologia simples. E isto é tão difundido que esses grupos geralmente não reconhecem tecnologias em seus processos<sup>7</sup>.

A característica proposta por Diegues, com maior coerência, é aquela que remonta à identidade do grupo, exatamente porque demonstra que eles se percebem distintos das outras sociedades, sobretudo das industriais; isto porque, uma vez assimiladas, as supostas distinções (apresentadas nas demais características, pelo autor) classificam e hierarquizam os modos de vida, legitimando a idéia de que grupos ou populações tradicionais vivam em um passado remoto, no qual as relações familiares, os processos produtivos, as tecnologias ainda não evoluíram e que uma possibilidade de emancipação é a gestão dos seus territórios pela

---

<sup>7</sup> Vide o item Resultados e Discussões, deste trabalho, no qual relaciono os dados de campo com tal discussão.

racionalidade instrumental gerada e difundida nos centros acadêmicos, tecnológicos, empresariais e institucionais.

O trabalho de Mello (1985) fez uma radiografia do processo de implementação da indústria pesqueira no litoral paraense. Este mostrou como o modo de vida, as tecnologias, os conhecimentos, as estruturas e organizações sociais de pescadores-agricultores foram totalmente desqualificados e destruídos pelas instituições estatais e empresarias, levando os pescadores-lavradores a deixarem de ter o controle dos processos produtivos e passarem a assalariados das grandes empresas que se instalavam nos seus territórios.

Segundo Mello (1985, p. 229), para que o processo de expansão da indústria pesqueira fosse exitoso no litoral paraense, foi fundamental o suporte ideológico estatal que investiu na “qualificação” dos pescadores, ou seja, partiu da premissa que os pescadores eram desqualificados, rudes e que “pescador só tem conhecimento empírico”, desconsiderando totalmente os sistemas simbólicos e teóricos desses grupos.

Na organização e prática da pescaria tradicional, segundo Mello (1985, p. 127), o importante “é que o domínio teórico e prático de todo o processo de produção pesqueira realizada em padrão tradicional é posse do trabalhador é não do capitalista”. Esta constatação nos impele a compreender que os pescadores são donos de um saber que conjuga a experiência com a teoria, diferente do que pensa boa parte da literatura especializada e muitas instituições governamentais, que sugerem programas de formação assentados no pressuposto que os trabalhadores do mar são desqualificados.

A relação entre os territórios ocupados pelos pescadores e as práticas ocupacionais tem, ao longo do tempo, servido como processo de construção de uma base cognitiva assentada em pilares teóricos e empíricos:

Pode-se afirmar que o conhecimento que o pescador adquire é resultado da soma de dois processos: 1º) uma iniciação educacional teórico-psicológica sobre a vida do mar e os segredos do ofício, que é transmitida oralmente ao aprendiz seja pelo pai, seja por um parente qualquer ou amigo já tarimbado na “profissão”; 2º) acumulação de experiências práticas que só podem ser obtidas na participação direta em varas pescarias (MELLO, 1985, p. 106).

Esta indicação pode ser ratificada pelos estudos de Marques (1995), este faz comparação entre o saber tradicional dos pescadores e o conhecimento especializado produzido nos centros acadêmicos, e afirma que: “de modo conclusivo, é possível afirmar que os pescadores maritubanos possuem um conhecimento etnoictiológico acurado e compatível com o conhecimento ictiológico da ciência ocidental” (MARQUES, 1995, p. 79). É possível verificar tal fato através do comparativo de Marques (1995, p. 55), como mostra da

compatibilidade do conhecimento tradicional com o científico, e que o primeiro também é teórico e prático, tal qual o segundo:

COMPARAÇÃO ENTRE INFORMAÇÕES DO BREJEIRO E DA LITERATURA SOBRE ECOLOGIA TRÓFICA

CITAÇÕES DAS ENTREVISTAS DOS BREJEIROS	CITAÇÕES DA LITERATURA
<p>“Teiú (<i>Tupinambis</i>) <b>come tudo</b>, como todo <b>inseto</b> do mato, come <b>ovos de galinha</b>, o <b>pintinho</b> novo, come uma <b>jiazinha</b> que tem aí no brejo; ele é muito seboso; ele come <b>fruto</b> também: come a banana, come o mamão”.</p>	<p>“<b>Tupinambis é um onívoro</b> oportunista, ingerindo insetos (...), pequenos vertebrados tais como (...) <b>jias, carniça animal e frutos caídos</b>. (...) Este comportamento é uma reação ao hábito do teiú de ingerir tanto <b>ovos de galinha</b> quanto o <b>pintinho recém saído do ovo</b>.” (Norman, 1987).</p>
<p>“Catité (<i>Sciurus</i>) <b>come o côco do coqueiro</b>, do <b>aricuri</b> e <b>da piaçaba</b>”.</p>	<p>“Os caxinguelês (<i>Sciurus</i>) são frugívoros. Parece <b>que nada melhor lhes sabem do que cocos e coquilhos das nossas inúmeras palmáceas</b>.” (Santos, 1984).</p>

Alves (1996, p. 87), ao discutir filosofia da ciência, afirma que há conhecimento teórico permeando as práticas das pessoas consideradas comuns, ou seja, os não letrados, os não acadêmicos, os não cientistas, afirma que os pecadores são donos de uma base teórica própria, que fora constituída na experiência cotidiana e na transmissão ancestral do conhecimento.

Caniços, é fácil comprar. Mas quem conhece os *hábitos* dos peixes, o que comem, a que horas, onde ficam, se mordem ou não o anzol? **O pescador possui uma ciência, uma teoria** da sua presa. ...

O que torna certos indivíduos caçadores, pescadores e detetives é o conhecimento que eles possuem daquela entidade, bicho, peixe ou gente que, mais cedo ou mais tarde, terão de pegar. Esse **conhecimento se constitui numa teoria** – que lhes permite prever os movimentos da presa (grifo meu).

Os estudos de Mello (1985), Marques (1995) e Alves (1996) mostram, em campos empíricos e teóricos distintos, que os territórios ocupados e manejados por povos e populações tradicionais (no caso pescadores / lavradores) são significados na prática cotidiana o que favoreceu e favorece a construção de uma saber que se apresenta, em si mesmo, com características, concomitantemente, empíricas e teóricas, formando um complexo mental e prático que se é observado tanto no *modus vivendi* quanto no *modus operandi* dos grupos assim denominados, classificados.

Da discussão encaminhada até aqui, podemos compreender que os territórios, os espaços ocupados historicamente por grupos de pescadores, lavradores, extrativistas, indígenas, quilombolas não devem ser entendidos apenas como um complexo que comporta aspectos objetivos, práticos, empíricos, mas, sobretudo, significações abstratas, teóricas das práticas e ações que são desenvolvidas pelos grupos, ou seja, não podemos achar que apenas a observação do fazer responderá e conseguirá explicar ao pesquisador, técnico, empresário o *modus operandi* do grupo em questão (JARA, 2001). Afinal, conforme sugere Durkheim (2001), os fatos sociais são constituídos pelos modos de pensar, sentir, agir e ser expressos pela consciência coletiva do grupo.

Investigar, portanto, os *modus vivendi* dos chamados povos tradicionais requer compreender como estes grupos utilizam e significam seus territórios, ou seja, é fundamental conhecer bem o grupo alvo, nesta direção a proposição de Little (2002) corrobora para análise e compreensão, uma vez que afirma ser necessário situar histórica e empiricamente os territórios tradicionalmente ocupados, sendo que:

[...] qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado. Outro aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais (LITTLE, 2002, p. 3-4).

Feitas estas ressalvas iniciais, acredito ser possível agora propor que não podemos *a priori* qualificar este ou aquele grupo de tradicional apenas porque ocupa um espaço geográfico distante dos centros urbanos ou porque maneja os sistemas naturais de modo distinto das sociedades de mercado. Ou seja, esta dicotomia, às vezes inservível até mesmo didaticamente, deve ser entendida também como escopo discursivo do arbitrário cultural dominante para hierarquizar, qualificar e desqualificar práticas e modos de vida distintos daquele do dominante (BOURDIEU; PASSERON, 1992).

Esta discursividade se expressa nas relações objetivas dos agentes e instituições sociais. Conforme já discutido, as normas e leis sobre preservação e conservação da natureza são frutos de disputas entre os mais diversos interesses de grupos em dissensos, e, em algumas vezes, em consensos ou alianças pontuais. Também a regulamentação e reconhecimento das práticas dos povos tradicionais como potenciais protetores da natureza resultaram de um processo longo e cheio de disputas, acordos, consensos e dissensos; de modo que setores do Estado passaram a reconhecer as contribuições que os modos de vida dos

chamados grupos tradicionais dão à conservação dos ambientes naturais em que estão situados.

Cunha e Almeida (2001) mostram como vários grupos de pescadores, lavradores, seringueiros, indígenas, quilombolas passaram a reivindicar a condição de tradicionais como estratégia de garantia legal de permanência e defesa dos seus territórios ocupados ancestralmente e manutenção das suas práticas produtivas, culturais, sociais; podendo, também, em outras situações, servir de meios para negociar nas economias de mercado às quais estão cada vez mais interligados. E tratando da relação entre os modos de vida dos grupos tradicionais com os demais segmentos da sociedade, sobretudo dos mercados, afirmam: “Se os serviços ambientais forem pagos diretamente nas Reservas, isso inverte o que é figura e o que é fundo: o que era um subproduto, uma consequência não planejada de um modo de vida, tornar-se-ia o próprio produto”. Ou seja, na economia de mercado o próprio modo de vida com baixo custo ambiental passaria a ser produto/mercadoria.

Nesta mesma direção, os autores descrevem como os chamados povos tradicionais se movimentam, se inserem e negociam na lógica vigente:

A conservação foi inicialmente uma arma política em uma luta pela liberdade e por direitos fundiários. Hoje, os recursos para a conservação estão sendo utilizados para comprar motores de canoas, barcos, escolas, instalações de saúde. A conservação está se tornando parte de projetos locais e sua importância está crescendo (CUNHA; ALMEIDA, 2001, p. 192).

Embora se constate que os chamados povos e populações tradicionais assimilaram e aderiram à lógica hegemônica de mercado, em diversos casos, estes grupos se organizam ainda para garantir o direito básico de permanecer em seus territórios ancestralmente construídos, significados e manejados; numa perspectiva, ainda que não consciente, distinta da proposição de acumulação material desenfreada dos mercados. Entretanto, em todo caso, se observa uma nítida continuidade do modelo ou paradigma sustentado na racionalidade instrumental e na economia de mercado, sem forças significativas de imprimir alternativas para a sociedade do consumismo. Disto os autores, em questão, terminam dizendo que

[...] a categoria de “populações tradicionais” é ocupada por sujeitos políticos que estão dispostos a conferir-lhe substância, isto é, que estão dispostos a constituir um pacto: comprometer-se a uma série de práticas, em troca de algum tipo de benefício e sobretudo de direitos territoriais (CUNHA; ALMEIDA, 2001, p. 192).

É legítimo que negociem e que façam concessões para alcançarem direitos e acessos aos bens materiais da sociedade de consumo, mas com isto não se está construindo novos paradigmas que se contraponham aos modos de vida que utilizam demasiadamente

matérias e energias dos sistemas ecológicos, apenas passam a ter uma mercadoria, como qualquer outra trocável no mercado: o comportamento ambientalmente aceito. Contudo, é evidente que não se pode requerer que apenas estes grupos se resignem e saiam do circuito de consumo mundialmente articulado pelas sociedades industriais e de economias de mercado.

## 2.4 Desenvolvimento<sup>8</sup>

As noções de natureza, de sistemas produtivos, de qualidade de vida, de sistema simbólico e cultural estão cada vez mais subsumidas nas práticas pautadas em concepções de desenvolvimento, calçadas nos conceitos e premissas quase incontestes, tecidos nos bancos acadêmicos.

A noção de desenvolvimento é herdada do campo de conhecimento biomédico. Assim como um organismo biológico passa por etapas necessárias durante sua vida até alcançar a maturidade, as sociedades subdesenvolvidas, também, deveriam desenvolver-se e atingir o patamar daquelas civilizadas, cuja referência seria o modelo estadunidense, que iria exportar tecnologia e ciência aos países ditos pobres, subdesenvolvidos, a fim de lhes garantir aumento na produção (ESTEVA, 2000).

Hoje é quase consenso, sobretudo no meio acadêmico, sobre quem domina as respostas, as técnicas e as experiências necessárias para compreender e preservar os ambientes naturais são os povos ou grupos que desfrutam de um desenvolvimento maior, leia-se os centros tecnológicos e científicos. Há, inclusive, quem advogue que se pode continuar a utilizar indiscriminadamente as reservas ambientais, as águas, os minerais e a biomassa vegetal, pois a tecnologia moderna caminha para dar conta de mitigar as mazelas possivelmente provocadas por tal opção.

No mesmo sentido, há um consenso tácito de que os técnicos balizados com os conhecimentos científicos são capazes de intervir e fazer desenvolver os grupos humanos que ainda vivem de modo simples e inferior, o que tem justificado as intervenções estatais e institucionais. Ou seja, os povos e populações tradicionais, nessa concepção, precisariam da tutela e da intervenção dos iluminados, letrados, civilizados e desenvolvidos para alcançarem níveis superiores e se tornarem, também, civilizados e saírem da condição de indolência, de ignorância.

---

<sup>8</sup> A leitura de ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In. SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, ajudará na compreensão desta discussão.

Afinal, conforme escreve Esteva (2000, p. 64-65):

O desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação... A palavra sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo de simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. Indica que estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável, e na direção de uma meta desejável.

[...]para dois terços da população mundial esse significado positivo da palavra ‘desenvolvimento’ – profundamente enraizado dois séculos depois de sua construção social – é um lembrete daquilo que eles não são. Faz com que se lembrem de uma condição indesejável e indigna. Para escapar dessa condição, precisam escravizar-se a experiências e sonho alheios.

O desenvolvimento forma um par com o conceito de sustentabilidade. E o casamento das noções de sustentabilidade e desenvolvimento somente foi possível, segundo Sachs (2000, p. 121), quando “os pobres foram identificados como agentes de destruição e tornaram-se os alvos de campanhas para promover a consciência ambiental”. O autor cita o Relatório Brundtland, que afirma: a “pobreza reduz a capacidade das pessoas de usar recursos de uma maneira sustentável; ela intensifica a pressão sobre o ambiente...”. E como a pobreza era a principal responsável pela degradação dos ambientes, o Relatório justificou que seria necessário fazer crescer, rapidamente, a renda *per capita* do Terceiro Mundo e que “não há desenvolvimento sem sustentabilidade; não há sustentabilidade sem desenvolvimento”. E o autor arremata, dizendo: “Isto nada mais é que repetir um estratagema comprovado: sempre que nos, últimos 30 anos, os efeitos destrutivos do desenvolvimento eram reconhecidos, o conceito era esticado de maneira que englobasse a lesão e a terapia”.

## **2.5 Ciência e tecnologia: uma disputa de pensares e fazeres**

“Quando tentamos viver próximos aos camponeses, ou no seio da própria natureza, vemos a ciência moderna com outros olhos: cruel, arrogante, politicamente poderosa, desperdiçadora, violenta e indiferente a qualquer outra coisa” (ALVARES, 2000, p. 58).

Por dezenas de milhares de anos, os homens sobreviveram sem coisa alguma que se assemelhasse à nossa ciência. A ciência, curiosamente, depois de cerca de 4 séculos, desde que ela surgiu com seus fundadores, está colocando sérias ameaças à nossa sobrevivência (Alves, 1996, p. 18).

O cientista virou um mito. E como todo mito é perigoso, porque ele induz o comportamento e inibe o pensamento. Este é um dos resultados engraçados (e trágicos) da ciência (Alves, 1996, p.8).

Embora Alves (1996, p. 12) compreenda a ciência como sendo “uma metamorfose do senso comum, sem o qual ela não pode existir, razão porque “não existe nela nada de misterioso ou extraordinário”; a ciência e tecnologia gozam, hoje, de um privilégio que as levaram a patamares de incontestabilidade. As armaduras com as quais se revestiram foram a razão instrumental e a suposta imparcialidade e impessoalidade de seus conceitos e métodos.

Conforme escreve Alvares (2000, p. 53), “A razão científica funcionava com uma lógica supostamente independente de fatores ou desejos pessoais [...] No entanto, seus legitimantes eram apenas pessoas e muitas vezes indivíduos que tinham interesse pessoal no poder da ciência e que dela dependiam para sua sobrevivência”. Sendo assim, a ciência tem funcionado muito mais como socorro aos seus sacerdotes do que o discurso corrente informa: levar a redenção aos povos e civilizações considerados ignorantes, selvagens. Uma perspectiva meio religiosa:

Não é sem razão, portanto, que durante décadas, inúmeras conferências em várias partes do mundo, e sobretudo nos Estados Unidos, foram dedicadas, em um espírito de esperança quase religiosa, às “forças poderosas da ciência e da tecnologia”... a fé no progresso científico e tecnológico como fonte de prosperidade foi disseminada por todo o mundo como uma religião universal (ULLRICH, 2000, p. 339).

Como diria Shiva (2000, p. 302), ao situar os empreendimentos dos países do norte no pós-segunda guerra:

Pareciam ter esquecido a natureza, possivelmente fascinados pela euforia tecnológica do pós-guerra, na qual via-se a tecnologia como uma fonte milagrosa de abundância infinita, capaz de efetuar a *substituição* das matérias-primas escassas por outras que jamais se esgotariam.

Há uma corrente bem articulada de sacerdotes da ciência e da tecnologia com grandes capacidades de divulgar os aspectos supostamente positivos de uma ciência colonizadora de espaços físicos e simbólicos sob os argumentos de que a aplicação dos seus preceitos tem a capacidade, quase mágica, de trazer conforto, luxo e um estilo de vida chamado de civilizado. Mas o que será que mantém tão forte esta teratologia, já que, na prática, nunca se viveu com tantas desigualdades em termos de acesso às condições mínimas de sobrevivência?

A resposta possível é que existe um sistema de circulação de informações com critérios bem definidos acerca da seleção do que deve formar os imaginários coletivos e simbólicos da maioria dos indivíduos e grupos sociais. Este sistema simbólico, estruturado de tal maneira que as necessidades materiais são criadas a um ritmo mais acelerado que as condições para sua satisfação, tem funcionado, conjuntamente com a ciência e tecnologia,

como elemento constitutivo do dinamismo ilimitado da produção na sociedade industrial, fazendo com que surjam cada vez mais fiéis obcecados pelas realizações das promessas da ciência e tecnologia, seria uma corrida “maluca” em busca do estilo de vida calçado nas produções científicas e tecnológicas, a qualquer custo.

Nesta direção, Ullrich (2000, p. 345) afirma que:

No momento atual, a quantidade de combustível fóssil queimando por ano equivale ao que foi armazenado pela natureza em um período de quase um milhão de anos. A maior parte deste combustível, cerca de 80%, é utilizada pelos países industriais, onde vivem somente 25% da população mundial. Esse apetite voraz por recursos torna-se ainda mais evidente no caso dos Estados Unidos: menos de 6% da população mundial consomem cerca de 40% dos recursos naturais do mundo. Se esse modo de produção industrial e estilo de vida se expandisse para toda a população da terra, seria necessário que cinco ou seis planetas iguais à terra estivessem disponíveis para o saqueio de recursos e recolhimento do lixo.

Seguindo a linha de sugestão analítica de Ullrich (2000), poderíamos afirmar que seria necessário o sétimo ou oitavo planeta terra onde viveriam os humanos, e fariam viagens galácticas para explorar, colonizar as outras terras. Haja antropocentrismo!

Retornando ao único planeta que temos e ao nosso campo empírico, o que se tem observado é que os investimentos em tecnologias para o aumento de produtividade disponibilizável às economias de mercado tem levado os grupos que incorporam estas experiências, no mais das vezes, a arcarem apenas com os ônus: desestabilização social e cultural, colapso dos seus sistemas ecológicos e produtivos. Seria o que Mello (1989) chamou de “a tecnologia a serviço da dominação”.

Afinal, a ilusão de que os avanços tecnológicos seriam os responsáveis por toda prosperidade material, atualmente vivenciada e apropriada por uma parcela muito pequena de indivíduos espalhados pelo mundo, ainda habita o imaginário de muitos cientistas sérios e competentes. Estes não percebem ou admitem que os resultados de tal performance produtiva não é por graça e obra da divina ciência e tecnologia, mas em razão da sua capacidade de ampliação da pilhagem, de saques de patrimônios culturais, naturais, minerais e genéticos de inúmeros povos. Será que é tão difícil de compreender que as metodologias e procedimentos científicos e tecnológicos têm apenas a capacidade de saquear, pilhar e manipular matéria e energia, mas jamais de criação, como advogam os sacerdotes mais tenazes da ciência?

Há uma proporcionalidade entre o uso de tecnologias pautadas na razão instrumental e o comprometimento da qualidade dos sistemas ecológicos. Quanto mais dessa tecnologia é incorporada aos sistemas produtivos mais os ecossistemas perdem suas capacidades de auto-regeneração.

### 3 MATERIAL E MÉTODOS

#### 3.1 Apresentação do campo empírico

A região costeira dos municípios de Icatu, Humberto de Campos e Primeira Cruz, que sofrem influências da Baía do Tubarão, localizada na porção norte do Estado do Maranhão, apresenta uma extensa formação de manguezal, praias, restingas e apicuns que é utilizada historicamente (desde o século XVII) por grupos sociais que criaram uma complexa rede de produção e comercialização que tem se mantido, com poucas modificações, ao longo dos séculos (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2006).

A base de investigação empírica desta pesquisa são os municípios de Icatu<sup>9</sup> e Humberto de Campos<sup>10</sup>. O trabalho de campo privilegiou povoados localizados na costa litorânea – Porto da Roça, em Humberto de Campos; Salgado e Bom Gosto, em Icatu – embora tenha realizado ações de investigação das interações destes povoados com aqueles localizados no interior do continente.

Estes municípios caracterizam-se por apresentar parte de seus territórios na costa litorânea, o que possibilita uma vasta atividade pesqueira, em grande parte, conjugada com o cultivo da terra. Isto pode ser observado nos povoados que se localizam na costa, onde os

---

<sup>9</sup> Icatu foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual 1.179 de 22 de abril de 1924. Sua história dá conta que após a batalha de Guaxenduba (19/11/1614) entre os portugueses e franceses, o vencedor, Jerônimo de Albuquerque, fundou o Arraial de Santa Maria de Guaxenduba, o primeiro núcleo populacional português em terras maranhense. Em 1688, o Arraial foi elevado à categoria de Vila, sendo a sua câmara municipal uma das pioneiras do Legislativo Brasileiro. Além da Batalha de Guaxenduba, outras revoltas e rebeliões aconteceram em Icatu: as lutas pela Adesão do Maranhão à Independência (1823) e a Revolta da Balaiada (1828-1841). Conforme dados do IBGE – 2007, o município conta com uma população de 24.432 habitantes, distribuída em uma área de 1.449 km<sup>2</sup>, localiza-se na microrregião da Baixada Oriental Maranhense (Fontes: [www.icatu.ma.gov.br](http://www.icatu.ma.gov.br); [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)).

<sup>10</sup> O município de Humberto de Campos, pertencente à microrregião dos Lençóis Maranhenses, somente começou a ser efetivamente povoado no início do século passado. A Lei Nº 543, de 20 de julho de 1859, elevou o já então Distrito à categoria de Vila, desmembrada e independente de Icatu, passando a denominar-se Miritiba de São José de Peria. Pelo Decreto-Lei estadual Nº 743, de 13 de dezembro de 1934, passou à condição de município cujo nome homenageia o filho ilustre, o escritor Humberto de Campos. O Município dista, por vias de acesso terrestre, 180 km da Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão. A população total do município em 2007, segundo o IBGE, era de 24.275 habitantes distribuídos em uma área total de 2.131 Km<sup>2</sup> (Fontes: [www.humbertodecampos.ma.gov.br](http://www.humbertodecampos.ma.gov.br); [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)).

moradores, além de desenvolver atividades de pesca, mantêm roçados e casas de forno<sup>11</sup>, destacando a figura do lavrador-pescador<sup>12</sup>.

As áreas litorâneas utilizadas pelos grupos humanos locais, apresentam bom estado de conservação, as águas estuarinas, principal lugar de pesca dos moradores, ainda encontram-se praticamente isentas de efluentes industriais e urbanos uma vez que nessa região os centros de moradias são pouco adensados e os empreendimentos industriais de grande potencial gerador de resíduos tóxicos praticamente inexistem.

O que traz preocupação para a população local é o aumento paulatino de embarcações de porte industrial vindas de outros municípios, estados ou mesmo países em busca de abastecer seus mercados com o pescado daquela baía, uma vez que, conforme o INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (2005), por se tratar de uma das áreas litorâneas mais piscosas do Estado, esta é alvo de grandes pressões sobre seus recursos, inclusive de pescadores de outros estados e países.

Tal situação leva à reflexão sobre formas de conservação dos estoques naturais que são disputados, de um lado, pelos moradores que, em sua maioria, possuem baixa capacidade produtiva<sup>13</sup>, gerando pouco excedente e, de outro, por empresas ou trabalhadores autônomos que, possuindo maior capacidade produtiva, geram grandes volumes de excedentes para comercialização nos mercados local, nacional e internacional, pressionando bem mais os estoques pesqueiros.

Devido aos constantes embates entre pescadores nativos e embarcações forasteiras o Sindicato dos Pescadores de Icatu protocolou pedido de criação de uma Reserva Extrativista (RESEX) nos municípios de Icatu e Humberto de Campos. O processo está tramitando no Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT/MA) (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2006).

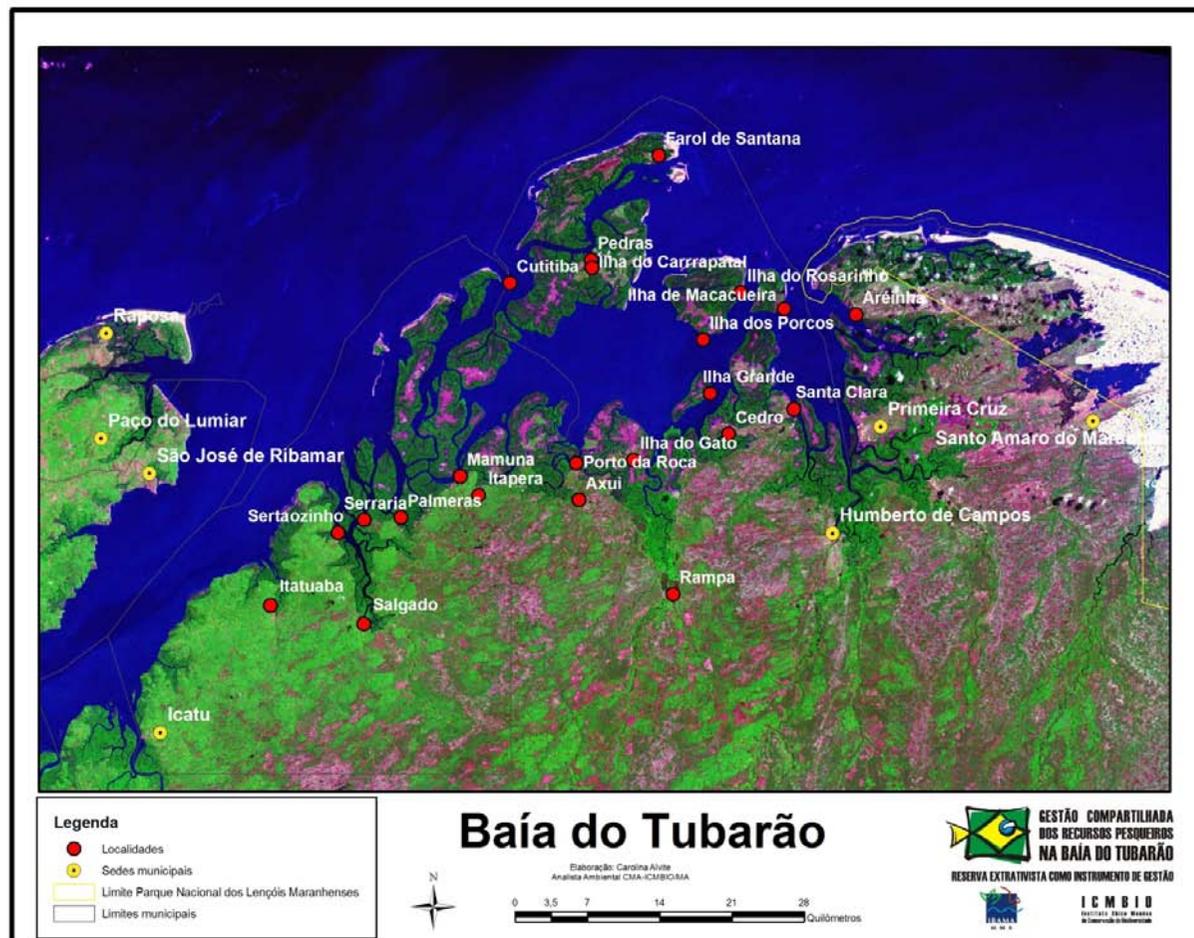
---

<sup>11</sup> Casa de forno ou casa de farinha é uma casa, geralmente, com estrutura de madeira e coberta de palha de babaçu, equipada com forno de torrar a massa de mandioca, com coxo, com catitu (ralador manual ou motorizado), com peneira, com tipiti.

<sup>12</sup> Sobre os modos de vida e organização cultural, bem como a incorporação do lavrador-pescador ao sistema de pesca industrial consultar Mello, 1985.

<sup>13</sup> A capacidade produtiva é diretamente proporcional ao porte e tipo das embarcações, utilização ou não de equipamentos como radar e GPS e tipos e tamanhos dos petrechos de pesca.

Figura 1 – Mapa para delimitação da RESEX-MAR<sup>14</sup> da Baía do Tubarão



<sup>14</sup> A RESEX-MAR é uma Reserva Extrativista cujos recursos extrativos são os marítimos (peixes, mariscos).

### 3.1.1 Os povoados pesquisados

Os três povoados eleitos como base empírica do trabalho de campo foram Porto da Roça, localizado no município de Humberto de Campos, Bom Gosto e Salgado localizados no município de Icatu. Estes povoados possuíam características semelhantes em dificuldade de transporte até a sede; processo produtivo voltado para a pesca, lavoura e criação de pequenos animais domésticos; sistemas ecológicos manejados pelos moradores de modo semelhante; estas características serviram como base para testar as hipóteses de estudo.

#### a) Porto da Roça

Foto 1. Porto da Roça – Humberto de Campos/MA



1A. Rua de acesso ao povoado.



1B. Vista do estuário e do mangue.

Porto da Roça é um povoado localizado no litoral humbertuense, com aproximadamente 200 (duzentas) casas, no passado, segundo a memória dos antigos, as atividades produtivas desenvolvidas eram lavoura e pesca, mas, com o passar do tempo, o povoado praticamente especializou-se na atividade pesqueira e, na última década, passou a produzir, principalmente, o caranguejo, que, segundo os moradores, é mais fácil de comercializar e traz retorno financeiro imediato. Os três pontos comerciais do local são bem abastecidos com produtos industrializados, transportados via mar, principalmente, do município de São José de Ribamar.

O povoado dispõe de uma escola de ensino fundamental completo, distribuição de água canalizada mediante poço artesiano, de um telefone público que serve à comunidade. O atendimento à saúde é realizado na sede do município, ou na capital do Estado, São Luís.

Em todo o povoado, demos conta da existência de 8 (oito) bianas<sup>15</sup> e mais de 15 cascos<sup>16</sup> que são utilizados como instrumentos de trabalho e, em certas ocasiões, como meio de transporte.

As vias de acesso são por mar ou terra, mas os moradores preferem as viagens terrestres. De segunda a sábado, tem um veículo com tração 4x4 (toyota-bandeirante) que faz o itinerário Porto da Roça – Sede do município – Porto da Roça. As condições das estradas são de difícil acesso, e pioram mais durante o período chuvoso. Uma embarcação, com capacidade para 30 (trinta) passageiros, que faz o itinerário Achuí – São José de Ribamar – Achuí, pára em Porto da Roça três vezes por semana (terça, quinta e domingo).

#### b) Bom Gosto

Foto 2. Povoado Bom Gosto – Icatu/MA



2A. Principal rua do povoado.



2B. Mexendo farinha na Casa de forno.

Bom gosto é um pequeno povoado litorâneo com 27 (vinte e sete) moradias. A principal atividade produtiva é a lavoura, mas a maioria dos moradores também desenvolve a pesca como complemento alimentar ou, em casos mais raros, para comercialização e contam com a estrutura de comércio e outros serviços dos povoados de Itatuaba e Salgado, já que o único comércio local, segundo eles, não é suficiente para atender à demanda. Os moradores contam, ainda, com um telefone público, instalado há pouco mais de um ano.

As crianças dispõem da escola de ensino fundamental, até a quarta série, mantida pela Prefeitura. Depois de concluída a quarta série, aquelas que seguirem estudando precisam migrar para povoados como Itatuaba ou Salgado, ou outros municípios, principalmente São

<sup>15</sup> Biana é um tipo de embarcação com tamanho médio de seis metros de comprimento e tem como sistema de propulsão vela ou motor.

<sup>16</sup> Casco, também um tipo de embarcação, movida à remo ou voga.

Luís ou São José de Ribamar. O atendimento à saúde, segundo os moradores, também, é realizado frequentemente em hospitais destes municípios.

As vias de acesso são por terra e por mar. Um veículo com tração 4x4 (toyota-bandeirante), que faz parte do sistema de transporte local, de modo muito irregular, atende aos moradores, transportando-os até ao povoado vizinho, Santo Antônio, onde estes desembarcam e passam para um ônibus que faz o itinerário Santo Antônio – Itatuaba – Sede do município – Santo Antônio. Quando optam pelo transporte marítimo, os moradores andam cerca de oito quilômetros até o povoado de Salgado, que é servido por uma embarcação que faz linha para o município de São José de Ribamar, com capacidade para 12 (doze) passageiros.

### c) Salgado

Foto 3. Povoado de Salgado – Icatu/MA



3A. Porto do Povoado de Salgado.



3B. Pescador exibindo utensílio de pesca

O povoado de Salgado abriga cerca de 700 (setecentas) moradias. Localizado à beira-mar, tem uma forte atividade pesqueira, embora os moradores desenvolvam a lavoura de modo muito significativo. Os pescadores, no porto, informam que seis bianas a motor e cinco a pano e mais de 20 cascos são utilizados na pesca e como meio de transporte. Os moradores contam ainda com cerca de doze casas de farinha.

A escola municipal do povoado disponibiliza para as crianças o ensino fundamental completo (da primeira à oitava série) e para adultos o programa EJA (Educação de Jovens e Adultos). Para prosseguir estudando os jovens devem procurar o povoado de Itatuaba, a Sede do Município ou os municípios de São José de Ribamar e São Luís. Um

pequeno posto de Saúde que deveria atender aos moradores não o faz por falta de profissionais e recursos materiais, levando-os a procurar tratamento médico na Sede do município ou na capital do Estado, São Luís.

As vias de acesso são consideradas boas pelos moradores, que contam com transporte regular de passageiros, tanto por mar quanto por terra, embora a embarcação que faça a travessia de Salgado para São José de Ribamar tenha capacidade restrita, apenas doze passageiros, o que, não raro, gera conflitos entre o proprietário e os passageiros devido à superlotação.

Apesar de terem sido os povoados que tiveram maior atenção durante a pesquisa de campo, também foram visitados em Humberto de Campos: Rampa, Flecheira, Santa Clara, Peria, Achui; em Icatu os povoados de Sertãozinho, Jurupari, Riozinho, Itatuaba, Água Fria, Santo Antônio, Boi-Cavalo, Bonilhar, Boa Vista, Serraria, Timbotiaua, Oiteiro, Uriri, Poço Danta, Armazém, Estirão, São Paulo, Cabral, Prainha, Papagaio. Todos com características parecidas como os três selecionados para análise mais detida.

Sendo assim, os três povoados servem como amostra para compreensão dos sistemas sociais e culturais dos moradores da Baía do Tubarão, que passa por processo de criação de uma RESEX-MAR.

### **3.2 Trabalho de Campo**

O trabalho de campo consistiu em fazer levantamento geral da área de estudo, determinar as limitações de investigação empírica e definir as áreas de concentração das observações e análises da pesquisa.

A seguir, quadro com as etapas de campo realizadas.

Quadro 3. Descrição das etapas de campo com período, local, objetivo e resultados.

PERÍODO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADOS
21/10/2006	Povoados de Icatu (Sertãozinho, Salgado, Itapera) e Humberto de Campos (Rampa, Flecheira, Santa Clara, Peria, Achuí, Porto da Roça)	Conhecer os povoados, aproximar-se dos moradores	Conheceram-se algumas lideranças e viabilizou-se a escolha dos povoados alvo de trabalho de campo mais demorado
25 a 28/10/2007	Porto da Roça (Humberto de Campos)	Apresentar a proposta de trabalho para a comunidade e estreitar relações com os moradores para adquirir confiança e colaboração	Apresentaram-se a proposta de trabalho e firmou-se parceria com o representante da Colônia de Pescadores
05 a 07/11/2007	Humberto de Campos	Participar do “I Seminário de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros na Baía do Tubarão”	Observaram-se a interação entre o poder público e as populações tradicionais. Gravou-se entrevistas com lideranças e gestores
16 e 17/11/2007	Porto da Roça (Humberto de Campos)	Acompanhar o festejo do povoado (Nossa Senhora da Vitória)	Oportunidade de observar as mudanças na forma de fazer a festa comunitária
09 a 12/02/2008	Bom Gosto e Salgado (Icatu)	Observar a cultura local e forma de manejo dos recursos naturais. Testar o questionário que será aplicado nos povoados	Perceberam-se conflitos no uso dos recursos. Testaram-se os questionários
01 a 04/05/2008	Bom Gosto e Salgado (Icatu)	Deixar questionários para aplicação. Realizar entrevistas. Reconhecimento do campo com o Orientador	As entrevistas foram realizadas. Questionários entregues para aplicação.
12 a 15/08/2008	Porto da Roça (Humberto de Campos)	Aplicar questionários e realizar entrevistas.	Aplicaram-se os questionários e realizou-se as entrevistas.

As primeiras visitas exploratórias serviram como entrada em campo e para definir quais seriam os povoados alvo de observações mais longas e submetidos a questionamentos metodológicos, bem como aplicação de entrevistas e questionários.

### 3.3 Levantamento e processamento de informações

Durante o trabalho de campo, sobretudo na condução da observação direta, Cardoso de Oliveira (2000, p. 19) foi muito inspirador. Ao se referir à observação do objeto de investigação, ele afirma:

seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade. Esse esquema conceitual – [...] – funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração – se me é permitida a imagem.

E, para nortear as entrevistas em campo, cita-se Cardoso de Oliveira (2000, p. 22) que afirma:

a obtenção de explicações fornecidas pelos próprios membros da comunidade investigada permitiria obter aquilo que os antropólogos chamam de ‘modelo nativo’, matéria-prima para o entendimento antropológico. Tais explicações nativas só poderiam ser obtidas por meio de *entrevista*, portanto, de um ouvir todo especial. Contudo, para isso, há de se saber ouvir.

Com o foco ajustado para a compreensão da organização social dos povoados alvo da pesquisa, tomamos a situação emblemática, para discutir conceitos e concepções que, não raro, são utilizados como sendo uma realidade objetiva, como as concepções de natureza, de desenvolvimento, de sustentabilidade. Para tanto buscamos como parâmetros as discussões teórico-conceituais realizadas a partir de informações construídas no movimento de investigação empírica.

- **Entrevistas** – foram gravadas entrevistas com moradores, lideranças dos povoados e com gestores públicos (diretores de Colônia e Sindicato de Pescadores, Secretário de Meio Ambiente). Ao todo são 17 entrevistas, cujo objetivo é investigar como cada ator social interpreta, usa e/ou faz a gestão dos sistemas ecológicos do seu entorno.

Quadro 4. Relação das entrevistas realizadas.

ENTREVISTADO (A)	STATUS	DATA
1. José Raimundo	Secretário Municipal de Meio Ambiente – Icatu	06/11/2007
2. José Alves	Presidente da Colônia de Pescadores de Humberto de Campos	07/11/2007
3. Antônio Ribeiro	Diretor da Colônia de Pescadores de Humberto de Campos	07/11/2007
4. Osveraldo da Silva Paixão	Pecador, Diretor do Sindicato dos Pescadores de Icatu	10/02/2008
5. Carlos Henrique Gomes Andrade	Professor em Bom Gosto – Icatu	11/02/2008
6. Terezinha de Jesus Santos Gomes	Agricultora de Bom Gosto – Icatu	11/02/2008
7. Álvaro Reis da Luz	Pescador-lavrador, Bom Gosto – Icatu	11/02/2008
8. Raquel	Moradora do Povoado de Papagaio – Icatu	12/02/2008
9. Manoel Raimundo Assunção	Pescador-lavrador, Diretor do Sindicato de Pescadores de Icatu	12/02/2008
10. João da Silva Pereira	Pecador, Prainha - Icatu	12/02/2008
11. Teresinha de Jesus Alves	Presidente do Sindicato dos Pescadores de Icatu	12/02/2008
12. Bernardo da Silva Ramos	Pescador (aposentado), Porto da Roça, Humberto de Campos	13/08/2008
13. Maria da Conceição Pedra Silva	Quebradeira de Caranguejo, Porto da Roça, Humberto de Campos	14/08/2008
14. Domingos Coutinho Ramos	Patrão (caranguejo), Porto da Roça, Humberto de Campos	14/08/2008
15. Domingos Oliveira Sousa	Proprietário de Salina, Porto da Roça, Humberto de Campos	14/08/2008
16. José Maria dos Santos	Caranguejero, Porto da Roça, Humberto de Campos	14/08/2008
17. Pedro Machado da Silva dos Santos	Caranguejeiro (aposentado), Porto da Roça, Humberto de Campos	14/08/2008

- **Questionário** – elaborou-se e foi testado em campo, um questionário e depois aplicado a 114 moradores distribuídos em três povoados (Porto da Roça, Bom Gosto e Salgado), com o objetivo de investigar: o perfil dos entrevistados, suas trajetórias e de seus ascendentes; as percepções que os moradores têm dos recursos naturais disponíveis e suas potencialidades; a relação entre as expectativas e aspirações dos moradores sobre sua

capacidade de consumir e o aporte de recursos naturais necessários para atender tais demandas (anexo questionário).

O principal recurso metodológico utilizado foi a observação direta, que consiste em, a partir de trabalho de campo, buscar compreender as representações coletivas criadas e utilizadas pelos atores envolvidos na pesquisa.

Realizou-se uma observação geral para definir os “nós críticos”, lugares ou situações a serem observados mais detidamente por suas características e potencialidades de responder às questões da problemática de estudo. Foi esta primeira observação que deu subsídios para definir que havia necessidade de utilização de questionários na coleta de informações.

Cumpriram-se etapas de campo nos locais escolhidos (Porto da Roça, Salgado, Bom Gosto), oportunidades em que se realizaram entrevistas estruturadas e livres de acordo com a ocasião e o ator social envolvido.

- **Técnicas de pesquisa:**

- abordagem qualitativa,
- revisão bibliográfica,
- levantamento de fontes secundárias,
- observação direta,
- questionários.

Utilização do software “SPSS for Windows 15” (acrônimo de **S**tatistical **P**ackage for the **S**ocial **S**ciences - pacote estatístico para as ciências sociais), para processamento das informações coletadas com a aplicação dos questionários.

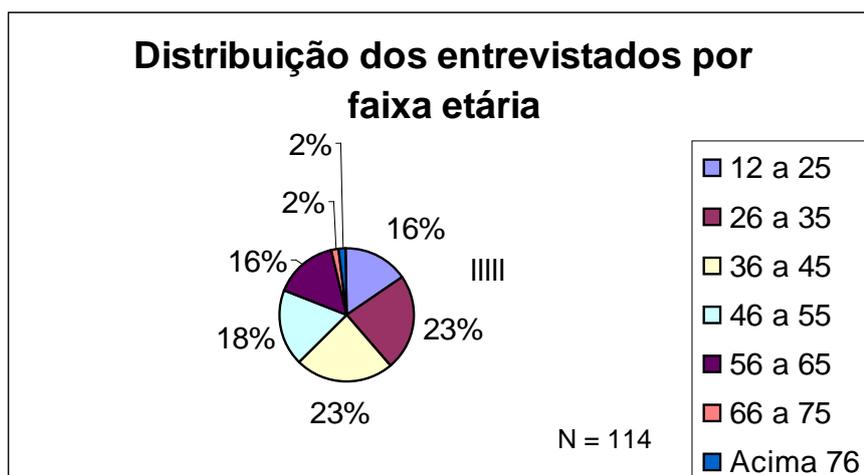
## 4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados e discussões apresentados, neste capítulo, partem da constatação de que os povoados estudados compartilham de uma mesma base de organização social, econômica, cultural. Neste sentido, resguardando suas diferenças específicas, ao mencionarmos resultados o faremos considerando as três comunidades objeto de análise deste trabalho, em casos de características particulares será mencionado o povoado em questão. As inferências inscritas a partir de agora são fruto de informações colhidas em observações diretas, entrevistas, questionários, conversas informais, participação em seminários sobre a temática, que poderão ser apoiadas em referenciais teóricos que atinem sobre a matéria estudada.

### 4.1 A organização social

O estrato etário dos entrevistados mostra predominância de adultos, já que os questionários foram direcionados para os provedores do grupo familiar. As faixas etárias de 26 a 55 anos somam 64% da amostra; ainda assim, a participação dos jovens é significativa, 16% entre 12 e 25 anos participam da estrutura produtiva dos povoados, os idosos, acima de 66 anos, representam pouca participação, apenas 4% (Gráfico 1).

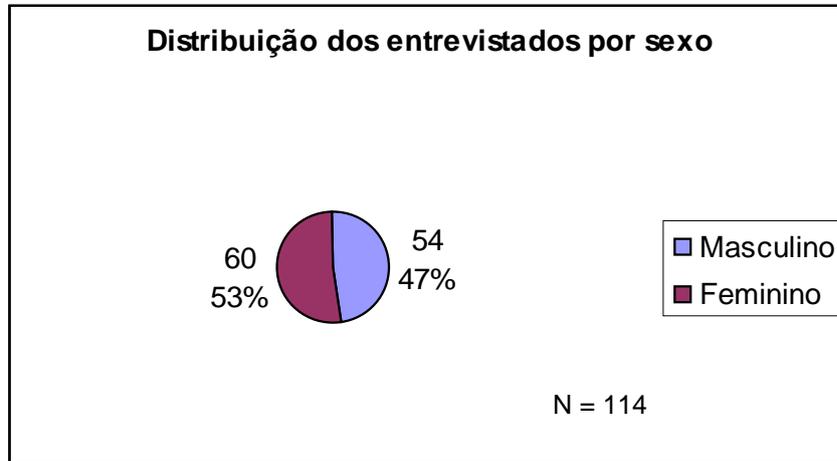
Gráfico 1. Distribuição dos entrevistados por faixa etária.



A amostra revelou um número maior de mulheres, sendo 53% de sexo feminino contra 47% do sexo masculino (Gráfico 2). Isto pode explicar-se pelo fato que elas ficam mais tempo em casa durante o horário diurno, período utilizado para a aplicação dos questionários,

e por isso mesmo tenham aparecido mais vezes, mas também as resposta demonstram suas participações no processo produtivo dos povoados.

Gráfico 2. Distribuição dos entrevistados por sexo.



A maioria é casada ou *mora junto*. Estas duas categorias representam 81% das situações civis dos moradores dos povoados, conforme a amostra tomada para análise, que aponta, ainda, que 13% são de solteiros, 4% e 2% de viúvos e separados, respectivamente. A maioria dos entrevistados, também tem filhos, sendo que 86% responderam que têm filhos e 14% disseram que não (Gráficos 3 e 4).

Gráfico 3. Distribuição dos entrevistados em função do estado civil

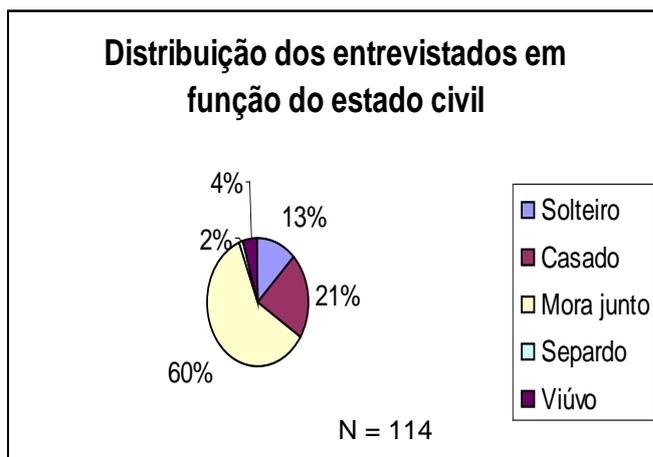


Gráfico 4. Se o entrevistado tem filhos



A média de filhos é de 4,5 por casal. Sendo que 32% dos entrevistados têm entre 4 e 6 filhos; 15% não têm e 8% têm acima de 10 filhos. As famílias, geralmente, são numerosas, entretanto, boa parte dos adolescentes e jovens não vive com os pais. Sendo que 44% dos

entrevistados têm pelos menos 1 filho morando fora do povoado e destes 18% têm de 4 a 6 filhos residindo fora. Os principais motivos, geralmente, são para estudar e/ou trabalhar; sendo que em 43% dos casos os jovens saíram do povoado para estudar e trabalhar; 16% só para estudar e 37% apenas em busca de postos de trabalho (Gráficos 5 e 6).

Gráfico 5. Número de filhos por entrevistado.

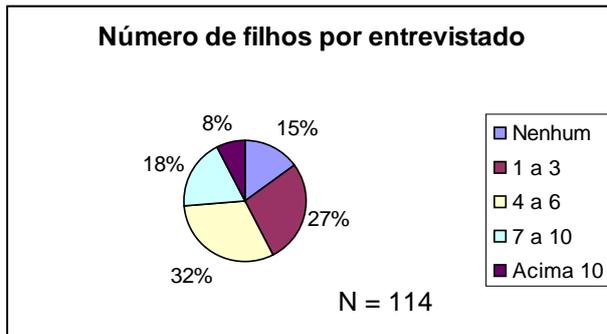
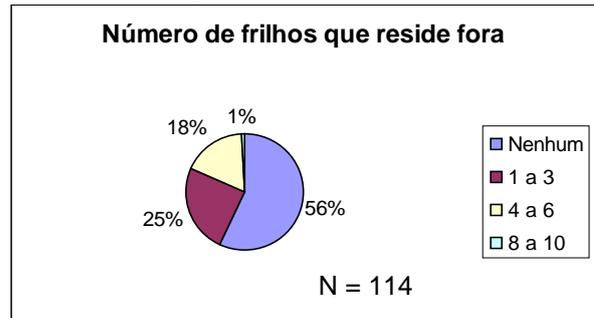


Gráfico 6. Número de filhos que residem fora do povoado.

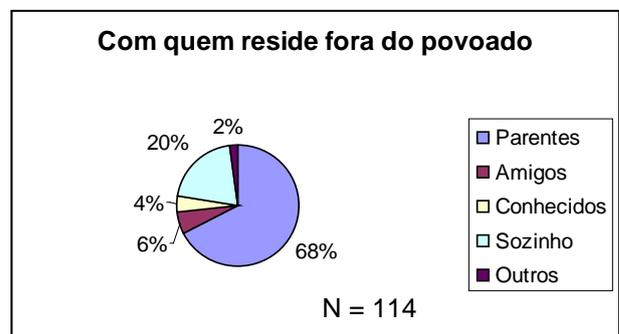


Como as famílias não dispõem de recursos para manter os jovens nos centros mais urbanizados, onde se oferece educação gratuita até o ensino médio e, em tese, mais oportunidades de emprego, estes jovens co-habitam com parentes, em alguns casos, de parentesco distante (68% dos que moram fora dos povoados vivem com parentes). Mesmo aqueles que saem para trabalhar, terminam co-habitando com amigos ou parentes, porque, geralmente, os empregos que conseguem não lhes auferem renda suficiente para o provimento de alimentação, transporte, vestuário, aluguel ou mesmo financiamento de um imóvel (Gráficos 7 e 8).

Gráfico 7. Motivo de residir fora do povoado.



Gráfico 8. Com quem o jovem que reside fora do povoado.



#### 4.1.1 Sonhos de criança e de adulto também

“Quando achavam que a educação é ter diplomas, seguindo uma definição econômica da instrução, não tiveram professores nem escolas” (ETEVA, 2000).

Nos casos em que crianças, adolescentes e jovens que são obrigados a saírem das casas dos pais para continuar estudando, o apoio de familiares é fundamental, mas há casos que os meninos migram para os centros urbanos para morar com amigos da família e, em situações extremas, as crianças (na maioria meninas) deixam seus familiares e aventuram-se em casas, na cidade, servindo de trabalhadoras domésticas, em troca de comida e de abrigo próximo a uma escola pública.

Da amostra qualitativa, constatamos que, por algum motivo, 44% dos entrevistados têm filhos morando em outro povoado, município ou estado. Fizemos um esforço no sentido de consultar a literatura sobre informações semelhante, mas não obtivemos sucesso; a idéia era comparar este percentual com outras realidades. Mas, em conversas informais com outros pesquisadores que também estudam situações análogas, há uma certa convergência no sentido de perceber que os povoados mais distantes das sedes dos municípios do interior do Estado tendem a apresentar um corte na estratificação etária, sendo que a presença de adolescentes e jovens não corresponde à proporcionalidade de adultos e a média de filhos por família. De todo modo, se ficarmos apenas com a regularidade e representatividade dos números, embora não desmerecendo sua importância, a capacidade analítica, ao nosso juízo, fica comprometida, podendo impedir algumas inferências, afinal a frieza numérica não mede nem expressa os sentimentos, as expectativas e os sonhos que habitam os imaginários de filhos e pais que se inserem nesse cenário.

Sendo assim, a descrição de situações de crianças que deixaram suas famílias para estudar, no município de São José de Ribamar, nos serviu como referência para compreensão das “maneiras de agir, de pensar e de sentir” (DURKHEIM, 2001, p. 32). Ou conforme sugere Jara (2001, p. 260): “As pessoas movimentam-se a partir de pensamentos, sentimentos, referências e representações elaboradas no cotidiano da vida social”, ou seja, é importante discutir e problematizar as motivações que fazem com que os pais de um grande número de crianças optem por enviar seus filhos a aventurarem-se nas escolas públicas dos centros urbanos e quais as expectativas destes meninos e meninas.

A família de João<sup>17</sup> vive no povoado de Bom Gosto, Icatu, Maranhão. João tem nove irmãos, seis dos quais já saíram de casa, ficando apenas os mais novos. João tem doze anos, estudou na escola municipal do povoado até a 4ª série do ensino fundamental.

A vez de João, seguindo o histórico familiar de migração para estudar ou trabalhar, coincidiu com nossa etapa de trabalho de campo de 09 a 12/02/2008. Nos primeiros dias de campo, a Sra. Teresa, mãe de João, nos indagou se poderíamos levá-la no carro que estávamos; a viagem seria para deixar seu filho na casa de um conhecido, em São José de Ribamar, para continuar os estudos, nos revelando, mais tarde, que já havia uma filha sua morando na referida residência.

A Sra. Teresa (entrevista concedida em 11/02/2008) manifestou em várias ocasiões preocupações com os filhos que estão distantes. Pergunta-se se eles estão bem, se vão conseguir “ser alguém na vida”. Para ela, seria bom que seus filhos estivessem juntos, mas afirma: “é melhor para eles, aqui é essa coisa de sempre, não tem futuro”. E chorando, já começa lamentar a falta que João fará no dia-a-dia, nos afazeres domésticos: “quando o menino tá começando a ajudar, ele tem que ir embora, ele já fazia mandados, ia no Salgado dar um recado, comprar uma coisa, já ajudava o pai dele na roça. Agora vai ficar só nós e esses dois pequenininhos, mas eu sei que é o melhor para ele”.

Na mesma ocasião que a Sra. Teresa deixou seu filho na casa de amigos, no município de São José de Ribamar, ela iria a São Luís para visitar outra filha que também estava em casa de amigos da família, mas que, conforme afirmara, “estava dando problema”. Segundo a Sra. Teresa, na casa em que morava sua filha “a dona não estava lhe dando nada”, embora elas tivessem firmado acordo que a menina seria remunerado em R\$ 100,00 (cem reais) por mês. Dona Teresa se mostrou muito ofendida, afirmando que não entendia porque aquela senhora estava fazendo isso com sua filha, pois conforme nos revelou: “ela sempre foi muito boa, eu morei muitos anos na casa dela e nunca tive problemas”.

A segunda situação, diz respeito à Maria<sup>18</sup>, uma adolescente de quatorze anos que vive há dois anos com o tio, também em São José de Ribamar, cujos pais residem em Porto da Roça, Humberto de Campos, Maranhão.

Na primeira etapa de trabalho de campo, conheci os pais de Maria. Eles falavam muito sobre sua filha que estava estudando, que era muito inteligente e que sonha ser juíza. Quando retornei ao Porto da Roça, nos dias 16 a 19/11/2007, por ocasião da Festa de Nossa

---

<sup>17</sup> João é o nome fictício de um adolescente que migrou de Bom Gosto para São José de Ribamar, esta opção pelo pseudônimo tem o objetivo de preservar a identidade do menino. Os nomes dos seus familiares, quando aparecerem, também gozarão deste artifício.

<sup>18</sup> Neste caso, também, utilizamos pseudônimos.

Senhora da Vitória, em uma viagem de seis horas de barco, tive a oportunidade de observar o retorno de diversos jovens em função da festa, inclusive Maria.

Como que querendo aproveitar cada momento daquele retorno, a adolescente não parou um instante, durante o dia, visitava os amigos e à noite estava na festa, mas no último dia consegui uma conversa com ela. Nesta ocasião, ela e sua mãe já estavam começando a sentir a distância e choravam porque iam se separar novamente.

Maria (entrevista concedida em 19/11/2007) informou que cursara da 5ª à 7ª série na sede do município de Humberto de Campos, mas como havia muita falta de professores e a qualidade do ensino não era boa, a família resolveu que a menina fosse para São José de Ribamar. Do bairro em que mora, Maria precisa andar todos os dias quarenta minutos para chegar à escola, depois mais quarenta para retornar para casa. Ela pensava que seria melhor sua ida para um município que faz fronteira com a capital, mas revela que “é muito cansativo, meus pais não têm como mandar dinheiro para pagar passagem todo dia, e também falta professor na escola”.

A necessidade de sair de um lugar em busca de melhores condições para uma criança, adolescente ou jovem, parece totalmente naturalizado no imaginário dos moradores destes povoados, inclusive tem quem afirme que não manda seus filhos estudarem em centros urbanos porque não tem condições financeiras de mantê-los. Mas, como pano de fundo, aparece uma questão talvez óbvia: por que o imaginário desses moradores é preenchido com a firme idéia de que, fora dali, há a redenção para as dificuldades, principalmente das gerações mais jovens? De onde vem esta certeza? Há casos que reforçam esta idéia?

Séculos de propaganda de um discurso sobre um suposto estilo de vida urbano<sup>19</sup>= civilizado = cortez, com vestuário, linguagem, comportamento, etiqueta próprios fizeram com que fosse eleito como O modo de vida humano, por excelência.

Afinal, conforme sugere Foucault (1996, p. 10):

Por mais que o discurso seja pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também, aquilo é o objeto do desejo; visto que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

---

<sup>19</sup> Ao consultar o dicionário Houaiss & Villar (2001) da língua portuguesa veremos que urbano coincide, é sinônimo de “afável, civilizado, cortez, polido, fino, relativo ou pertencente à cidade”, e antônimo de “abrutalhado, descortês, inurbano, rural, rústico, caipira, malcriado e tolo”.

Os enredos discursivos dos moradores dos povoados pesquisados são direcionados pelo discurso da cidade e para apoderarem-se deste discurso dominante é preciso viver a objetividade dominante.

As mentes, as subjetividades têm sido atravessadas por códigos discursivos e etiquetas sociais que valorizam hábitos, atitudes e estilos de vida que além de serem contrários a uma suposta mudança de paradigma de produção e de consumo fazem com que os mercados se mantenham sobrepostos aos outros aspectos da vida. Jara (2001, p. 259) tem contribuído para compreendermos estas questões quando diz que:

Os potenciais invisíveis, energias e pulsões inerentes aos códigos cultural e emocional, precisam ser integrados ao processo de desenvolvimento local. Esses potenciais vêm sendo utilizados pela publicidade na estruturação da subjetividade totalitária que molda o comportamento da massa de consumistas pelo prazer a curto prazo. Há especialidade exitosa na manipulação dos sentimentos, criando ou suprimindo identidades em favor do mercado.

Para muitos, então, é melhor viver nas periferias das cidades<sup>20</sup> do que longe delas. Ter a sensação de compartilhamento do mesmo espaço simbólico e discursivo e de acesso às benesses urbanas dos mercados, em certa medida, é o que move milhares de pessoas para as cidades. Por outro lado, há casos, é evidente, dos que, não precisando estar perto fisicamente da cidade, relacionam-se por outros meios: têm o estilo de vida urbano, formaram-se nos centros renomados, acumularam bens materiais e agora levam a tecnologia (inclusive de transmissão de dados e informações de última geração) e todo o simbolismo do mundo urbano para conviver geograficamente distante das cidades.

Há, portanto, não apenas a busca por melhoria objetiva de uma suposta condição de vida, nem uma migração espontânea para o espaço físico das cidades, mas se quer o reconhecimento da condição humana, que muitas vezes é negada aos estilos que estão fora do escopo discursivo e/ou objetivo da civilização do consumo.

Nesta direção, poderíamos recorrer às proposições de Elias e Scotson (2000, p. 24):

Afirmar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas mais usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de

---

<sup>20</sup> Embora seja arriscado conceitual e metodologicamente utilizar uma suposta dicotomia entre cidade/urbano e outros espaços físicos e simbólicos quando trato de cidade não o faço como lugar físico apenas, mas principalmente como espaço sócio-simbólico que guarda códigos morais, estéticas e etiquetas que têm sido difundidas como “arbitrário cultural dominante” (BOURDIEU; PASSERON, 1992), tanto é que muitos consumindo a estética e a lógica cidadina não precisam viver na cidade fisicamente constituída.

manter sua superioridade social, o estigma social imposto, costuma-se penetrar na auto-imagem e com isso enfraquecê-la e desarmá-la.

Há uma busca de sair da condição de indolente, bárbaro, ignorante para a condição humana, ser reconhecido, e nada melhor do que transitar e ser aceito na instituição escolar que tem como objetivo transmitir e reforçar os acordos sociais, as comovisões, os estilos aceitos ou rejeitados no contexto social. Então, as crianças, adolescentes e jovens ao saírem de suas casas para estudar nos centros urbanos, supõe-se que também buscam apoderar-se do plano teórico, prático e discursivo próprio do grupo de maior poder na sociedade, o grupo urbano.

Geralmente nas cidades, ainda que naquelas chamadas de “modelo”, há um núcleo com toda estrutura que disponibiliza conforto e comodidade e ao mesmo tempo uma região, bem maior que o núcleo, que carece de infra-estrutura mínima de abastecimento de água, de coleta de lixo, sistema de esgoto, moradias precárias, ou seja, as cidades (o lugar da realização dos sonhos) jamais foi justa com todos os seus moradores. Mas uma coisa é verdade: ela sempre aponta para a possibilidade (ainda que fictícia) de ascensão social, e isso move vidas e gerações inteiras. Há casos que os pais transferem a missão para os filhos, nesta pesquisa de campo mesmo, um certo interlocutor dizia que: “eu já estou velho, cansado, mas os meninos podem ainda ir para a cidade, estudar, trabalhar e ter uma vida melhor”.

Mesmo com as suas contradições, os aspectos interditados da cidade conseguem ser camuflados e a matemática dos valores tem sido favorável à conduta e à etiqueta urbana. O que leva, em alguns casos, aqueles grupos ou pessoas que não compartilham deste território simbólico a vivenciarem “afetivamente sua inferioridade *de poder* como um sinal de inferioridade *humana*” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p 28).

Os grupos com pouco ou nenhum poder de consumo da estética, da gramática e da etiqueta da porção dominante da sociedade são, em alguns casos, “vistos – coletiva e individualmente – como anômicos” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 26); em outros casos, pela sua condição próxima à natureza, pela sua *inocência* são lidos como detentores de poder de salvação da humanidade que se afastou da mãe natureza (DIEGUES, 1996), mas, em ambos os casos, opera a idéia de tutela, de que se faz necessária a intervenção dos donos do conhecimento e da técnica para direcionar os caminhos dos grupos de menor poder.

No primeiro caso, os centros de referência acadêmica e tecnológica e as instituições governamentais de planejamento agem com programas e projetos capazes de

remediar tal condição, já na segunda possibilidade estes centros e instituições defendem a preservação da cultura do grupo local (SOUSA; FURTADO, 2004 e BUARQUE, 2002).

Como há uma aceitação tácita de que é necessário às crianças e aos jovens irem para a escola, parece que a simples solução desta falta seria o suficiente ou, como alguns advogam, é preciso ir por partes, primeiro escola para todos, depois se pensa que tipo de escola pode atender às demandas. Mas será que uma escola distante espacial e simbolicamente dos territórios socioculturais dos povoados de pescadores e lavradores atende às suas demandas? O simples fato das crianças saírem para estudar na cidade ou mesmo levar o modelo de escola universal (leia-se com os códigos e objetivos dos grupos dominantes) para os povoados atende às necessidades objetivas e simbólicas destes grupos?

Ou seria conforme sugere Freitag (1980, p. 38):

...‘toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica’: no caso da hegemonia burguesa, trata-se essencialmente do processo de aprendizado pelo qual a ideologia da classe dominante se realiza historicamente, transformando-se em senso comum. É uma pedagogia política, que visa a transmissão de um saber, com intenções práticas.

A proposição de uma educação deslocada da realidade dos povoados aqui investigados leva a resultados que geralmente são negligenciados pelos agentes e instituições educacionais. No caso de João, por exemplo, sua mãe reclama que o menino tem muita dificuldade de concentração, de acompanhar o ritmo das aulas, e os conteúdos; do mesmo modo ao retornar para o povoado sente dificuldade com o trabalho da roça ou da pesca, pois o corpo perdeu o condicionamento das técnicas apreendidas na labuta diária, gerando uma certa liminaridade, ou seja, o menino desaprende técnicas essenciais para o modo e meio de vida nos povoados ao mesmo tempo que não consegue assimilar as novas técnicas intelectuais e comportamentais da escola (MAUSS, 2003).

## **4.2 Modos e meios de vida<sup>21</sup>**

As principais atividades de produção dos moradores dos povoados que compõem a Baía do Tubarão são a lavoura, a pesca e a criação de animais de pequeno porte. Tivemos a oportunidade de observar algumas experiências isoladas de salinas e criação de peixe em açudes.

---

<sup>21</sup> Neste item faremos discussões restritas às atividades produtivas dos entrevistados e não caracterizações ou inventários de processos produtivos.

O cultivo da terra é feito mediante derrubada da mata secundária, do que é constituído a maior parte do ecossistema local, com a técnica de queimada da cobertura vegetal. Esta atividade mobiliza praticamente toda a família e ainda conta com trocas de dias de trabalho, cooperações e mutirões. Os principais produtos cultivados são a mandioca, abóbora, melancia, o milho, feijão, arroz, , maxixe, o quiabo. A maior parte da produção é consumida pela própria unidade doméstica, sendo o pouco excedente negociado no mercado local.

A pesca também é realizada com apetrechos de baixo potencial de captura. A maioria das embarcações é de pouca autonomia e incapaz de trabalhar em alto mar. As pescarias, de modo geral, geram pouco excedente, que é vendido localmente. Em diversos povoados, como é o caso de Porto da Roça – Humberto de Campos, os moradores tendem a migrar para atividades que dependem de poucos ou nenhum equipamentos, como é o caso da coleta de caranguejo e arrasto de camarão. Os caranguejeiros, como são conhecidos localmente os tiradores de caranguejo, utilizam apenas calça e camisa com mangas compridas, luvas e sapatos de pano (fabricados por eles mesmos), em casos que o caranguejo esteja escasso nos arredores do povoado devido à grande quantidade de caranguejeiros, estes são levados de biana, pelo patrão<sup>22</sup>, até os locais com maior incidência do crustáceo.

Em todos os povoados em que foram realizadas observações diretas, pode-se perceber a criação de animais de pequeno porte, tais como galinha, pato, porco, bode, prática que auxilia na disponibilização de proteínas para o grupo doméstico.

Como os povoados alvo da pesquisa são todos situados no litoral, na região estuarina, esperávamos que os entrevistados, majoritariamente, respondessem que a atividade principal fosse a pesca, mas 63% dos inquiridos disseram que desenvolvem a lavoura como atividade principal (Gráfico 9). Sendo que a maior parte deles, 55%, desenvolve uma atividade complementar (Gráfico 10).

---

<sup>22</sup> Patrão é o nome que se dá à pessoa que contrata uma equipe de caranguejeiros e que tem prioridade sobre o animal capturado. É o patrão que negocia o produto com o comprador na cidade, que também é chamado de patrão.

Gráfico 9. Principais atividades produtivas dos moradores dos povoados

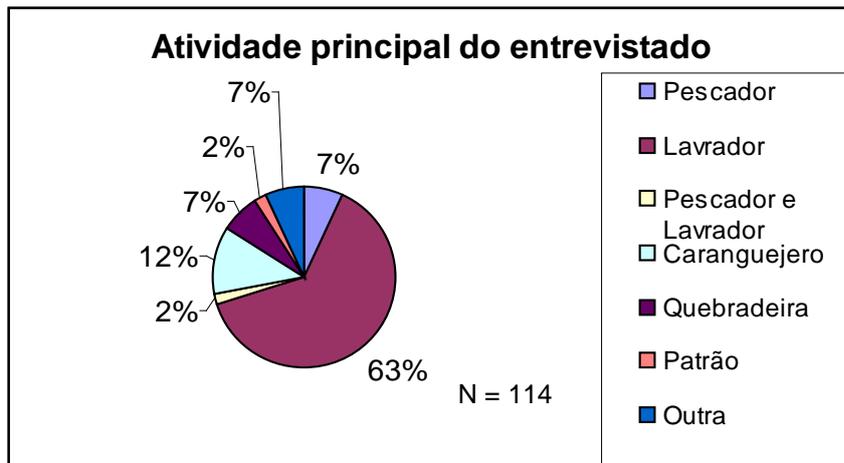


Gráfico 10. Se o entrevistado exerce outra atividade

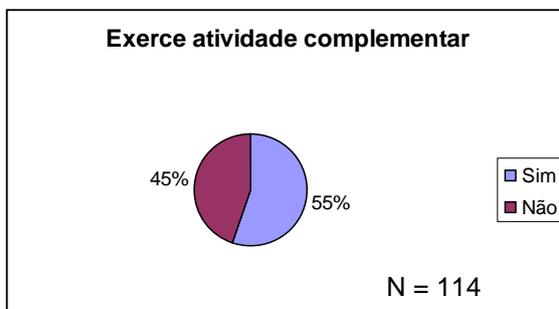
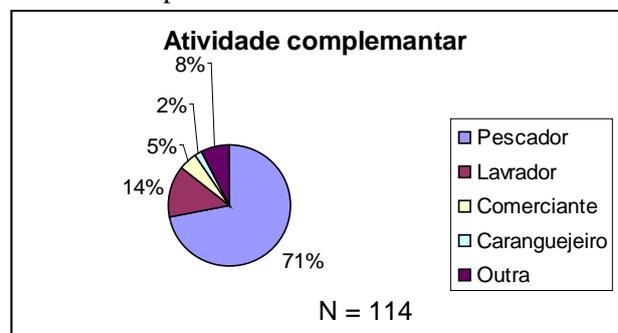


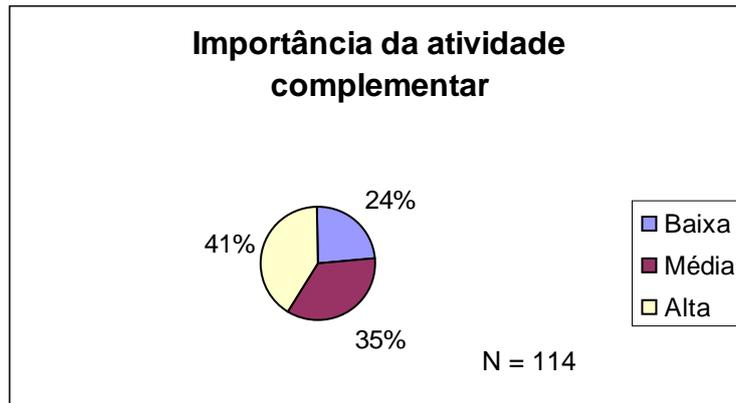
Gráfico 11. Atividade complementar exercida pelo entrevistado



Neste contexto, a pesca, de modo geral, aparece como atividade complementar, sendo que 71% daqueles que dizem exercer uma atividade complementar afirmam ser a pesca esta atividade (Gráfico 11).

Pode-se ainda recorrer às respostas dadas sobre a importância da atividade complementar. Segundo os entrevistados, suas atividades complementares, que majoritariamente é a pesca, têm alta importância no contexto de sua produção para 41% dos entrevistados e média importância para 35% destes. Apenas 24% disseram ser de baixa importância a atividade complementar (gráfico 12). Isto pode apontar para o entendimento de que a especialização do trabalho, próprias dos centros urbanos, ainda não está consolidada nesta realidade investigada e que, dadas as condições, os moradores têm potencial para dinamizar outras atividade, na caso, a pesca.

Gráfico 12. Importância da atividade complementar para os entrevistados



Os moradores dos três povoados, ao responderem que têm como atividade produtiva principal a lavoura, mesmo tendo um potencial disponível para desenvolver a pesca, deixam algumas indagações: as respostas dadas correspondem à realidade; havendo tal correspondência, por que os moradores, majoritariamente, preferiram lavoura à pesca?

As informações que reunimos no *tempo da pesquisa*, infelizmente, são insuficientes para responder categoricamente tais perguntas sugeridas pela própria dinâmica do itinerário investigativo. Primeiro, seria necessário, ao nosso juízo, fazer uma remontagem histórica do processo de ocupação e uso do espaço e observar se há alguma ligação entre as opções produtivas atuais com uma tendência histórica; depois, mapear se as condições de acesso aos meios de produção restringem ou direcionam para esta ou aquela opção produtiva, isto, entretanto, ficou impossibilitado nesta proposta de pesquisa, já que a maturação das inferências e a busca de informações complementares exigem maior tempo que os dois anos disponibilizados pelo mestrado e o estrito cumprimento exigido pelas agências de fomento. Entretanto, apesar de tais limitações e lacunas, sugerimos pistas que, talvez, sejam suficientes para iniciar uma compreensão de tal fato.

Os moradores de Bom Gosto – Icatu exercem a lavoura como principal atividade. Pela manhã, em praticamente todas as casas, os homens preparam os ferros<sup>23</sup> para levar à roça. Por volta das sete horas, após o café da manhã, saem para o roçado, retornam ao meio dia para o almoço e à tarde, de acordo com a demanda, podem ou não retornar àquele trabalho. Quando não voltam à roça, à tarde, geralmente, fazem algum trabalho doméstico como consertar um canteiro, arrumar alguma avaria na casa ou aproveitam para fazer alguma viagem próxima para resolver questões cotidianas. São poucas as vezes, durante a semana,

<sup>23</sup> Ferramentas utilizadas no processo produtivo local, como enxada, foice, machado.

que vão até o mar para pescar. Poucos deles têm algum apetrecho de pesca entretanto, quase todos os moradores se auto definem como pescadores.

Duas questões podem sugerir explicações a esta situação. Primeiro, o imaginário do grupo é habitado por histórias de tempos de fartura da pesca os moradores mais antigos informam que no passado, era muito fácil pegar camarão, ostra e mesmo peixe com anzol ou armadilhas deixadas à beira dos igarapés. Então, a memória guarda tempos em que a comunidade, de modo mais fácil, tinha acesso aos recursos pesqueiros e, como afirma dona Terezinha: “antes nós íamos lá no igarapé e logo trazia o do almoço, o do jantar, agora não adianta nem ir, mas mesmo assim a gente vai de vez em quando, mas dá bem pouquinho”, ela segue afirmando que: “agora só dá mesmo bom é pra quem tem barco, que pode ir mais longe” (Entrevista concedida em 11/02/2008).

Outro aspecto que levam os moradores a se dizerem pescadores é o fato da forte presença do Sindicato dos Pescadores de Icatu no povoado de Bom Gosto. Um dos moradores, inclusive, é diretor deste sindicato e, praticamente, todos são sindicalizados, o que, talvez, os levem a responder, a estranhos, que sua atividade profissional é aquela oficializada pela sindicalização, que poderá lhes garantir a assistência previdenciária, o auxílio em casos de acidentes. Enquanto que, no quadro geral, a maioria dos entrevistados não mantém vínculo com instituições sindicais (Gráfico 13), apenas 11% responderam que são sindicalizados, enquanto que, em Bom Gosto, praticamente, todos os moradores assim responderam.

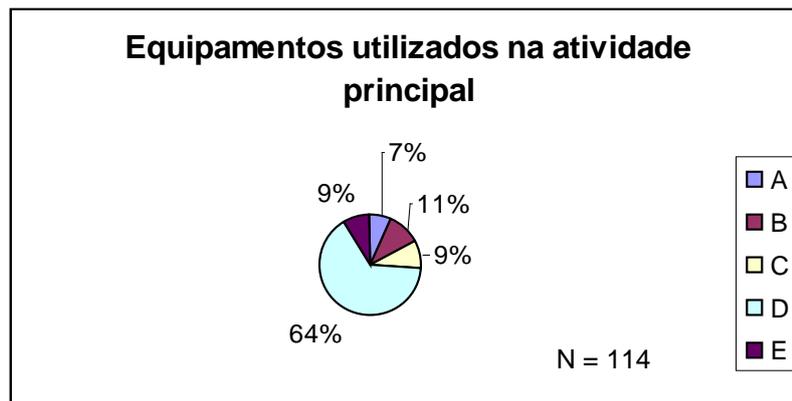
Gráfico 13. Situação do entrevistado em relação a instituições sindicais



Como nos outros dois povoados (Porto da Roça e Salgado) os vínculos com instituições sindicais quase inexistem, o apelo pela auto-classificação profissional é menos rígida o que pode ter facilitado o aparecimento, de modo espontâneo, de outras atividades produtivas desenvolvidas atualmente.

Um outro aspecto importante é compreender que a mobilização de recursos e equipamentos para a pesca parece ser mais dispendiosa do que para a atividade de lavoura. Sessenta e quatro por cento dos entrevistados utilizam equipamentos próprios da lavoura, estes são mais acessíveis financeiramente aos moradores. Enquanto que 7% responderam que utilizam instrumentos próprios de pesca, inclusive embarcação (Gráfico 14).

Gráfico 14. Equipamentos/instrumentos utilizados nas atividades produtivas principais.



Legenda:

A - Rede e embarcação

B - Farda, luva e sapato

C - Colher e bacia

D - Facão, foice, xaxo, enxada, machado

E - Outros (espínhel, curral, linha, animal de carga)

Outro aspecto que pode apontar que os moradores realmente exercem a atividade de lavoura, majoritariamente, em razão das dificuldades de acesso aos equipamentos necessários para a pesca, sobretudo embarcações, já que a atividade ficou quase impraticável às margens do litoral, é o desejo expresso de ser proprietário de embarcação. Dos entrevistados, apenas 8% são proprietários de embarcações (Gráfico 15), mas, em contra partida, 54% desejam sê-lo (gráfico 16). Isto pode demonstrar, juntamente com as falas dos moradores, que se houvesse possibilidade, muitos deles estariam desenvolvendo a atividade pesqueira.

Gráfico 15. Proprietários de embarcação

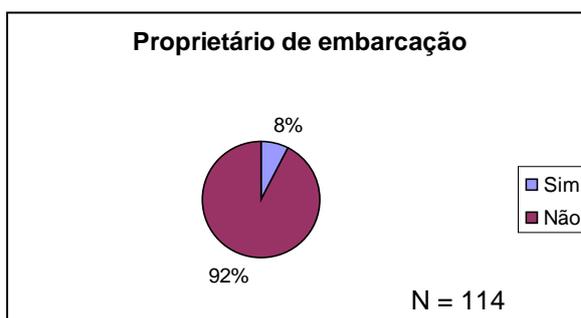


Gráfico 16. Dos entrevistados que desejam ser proprietários de embarcação



Esta constatação empírica pode levar à discussão sobre as assertivas ou premissas que justificam serem as atividades produtivas necessariamente determinadas pelas configurações ambientais, pelas vocações ecológicas, nos casos em questão podemos perceber que as condições tecnológicas ou demandas de mercado têm fortes interferências nas opções produtivas dos grupos chamados tradicionais.

### **4.3 Aspectos tecnológicos e de produção**

Nos processos produtivos de lavoura, pesca e criação de pequenos animais são utilizadas tecnologias que se remetem tanto às adaptações e inovações locais quanto àquelas produzidas nos processos e cadeias industriais dos grandes centros.

Nos povoados pudemos encontrar um grande número de processos, equipamentos e instrumentos utilizados no sistema produtivo local que foram desenvolvidos localmente, importados ou adaptados.

Quadro 5. Instrumentos, equipamentos e processos envolvidos no sistema produtivo.

INSTRUMENTO/ EQUIPAMENTO/ PROCESSO	STATUS <sup>24</sup>
Armadilhas de pesca	Inovação local
Calendário agrícola	Inovação local
Casa de farinha (ou casa de forno)	Inovação local
Casa de moradia	Híbrido
Casco	Inovação local
Conservação da farinha	Inovação local
Conservação do pescado	Híbrido
Curral de pesca	Inovação local
Embalagem da farinha (cofo, embira, folha)	Inovação local
Energias	Híbrido
Fogão doméstico à lenha	Inovação local
Forno de preparo da farinha	Híbrido
Preparo da farinha	Inovação local
Rede de pesca	Híbrido
Roça (corte, queima, plantio, colheita)	Inovação local
Rodo de mexer farinha	Inovação local
Tapiti	Inovação local
Técnicas de pesca (peixe, de caranguejo, de sururu, ostra)	Inovação local
Voga ou remo	Inovação local

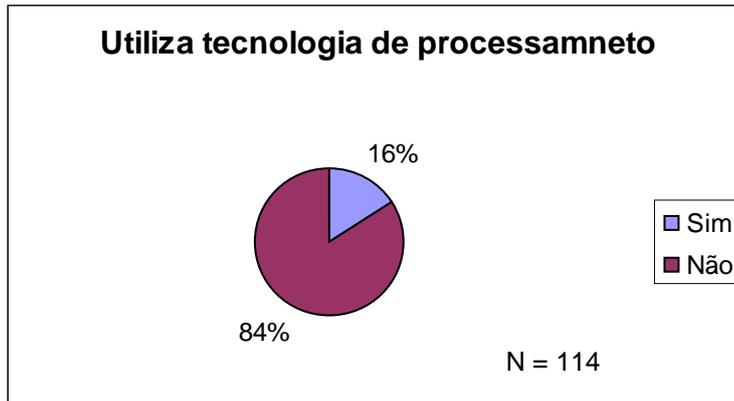
Os instrumentos, equipamentos, insumos e planejamentos utilizados nos processos produtivos nos povoados ora examinados gozam de baixa capacidade produtiva se comparados aos processos em que se incorporam maquinaria, insumos e técnicas administrativas próprias das grandes corporações industriais e comerciais. Ou seja, a capacidade geradora de excedente da produção local é baixa, isto se tomada como medida as produções industriais.

Ainda que nas práticas produtivas dos povoados se utilizem muitos equipamentos, instrumentos e processos, alguns apresentados no quadro 3, para a maioria dos entrevistados seus processos produtivos são desprovidos do uso de qualquer tecnologia, conforme podemos

<sup>24</sup> Para efeito deste trabalho, *Inovação local*, corresponde às práticas e técnicas que foram criadas e utilizadas a partir de conhecimentos e experiências locais com insumos dos próprios sistemas ecológicos manejados; *Híbrido*, refere-se a uma utilização que envolve relações, mais ou menos diretas, entre as experiências e técnicas locais com aquelas produzidas pelo sistema tecnológico de mercado, que ao serem utilizados no sistema produtivo local sofrem adaptações sem as quais não atenderiam às necessidades e expectativas dos usuários.

observar no Gráfico 17. Embora a maioria dos entrevistados trabalhe com lavoura e produza farinha, ao serem inquiridos sobre a utilização de tecnologias de processamento, 84% responderam que não utilizam qualquer técnica de processamento (Gráfico 17)

Gráfico 17. Utilização de tecnologia no processamento



Entretanto, quando perguntados sobre o processo de preparo da farinha de mandioca, então revelam sua sabedoria de todo o processo de transformação, desde a colheita, na roça, até a torragem no forno da casa de farinha. Do mesmo modo, os que trabalham na pescaria não reconhecem nos seus processos produtivos tecnologias que, ao longo dos anos, foram capazes de garantir suas produtividades, como a técnicas de construir e utilizar o curral de pesca e as armadilhas.

O que causa curiosidade é a naturalidade com que a maioria manipula o conceito de tecnologia. Isto leva a indagações do tipo: então o que seria tecnologia para estes grupos? Será que relacionam tecnologia com a capacidade produtiva? Sendo assim, para eles, tecnologia só existiria nos processos produtivos industriais? E se é realmente assim, como se formou tal concepção? Tal concepção tem capacidade de interferir na auto-imagem grupal?

Novamente se impõem questões cujas respostas não são fáceis, diretas ou servíeis imediatamente para o processo de controle e intervenções dessas e nessas realidades empíricas. Mais uma vez, a partir dos trabalhos de campo e dos suportes teórico-conceituais, daremos pistas para a compreensão.

Admitindo que as práticas, inclusive as produtivas, se assentam sobre noções teórico-conceituais, o que se pode inferir é que para a maior parte dos entrevistados as noções de tecnologia são aquelas que se assentam em processos próprios de produções de grande escala, industrial. Tecnologia boa e eficiente seria aquela que produz excedente e, historicamente, aquela que tem maior poder de mobilizar insumos e recursos dos sistemas naturais. Ora, transformar a mandioca em farinha, além de mobilizar pouco insumo requer,

também, muito pouco dos sistemas naturais, uma vez que os braços da unidade doméstica de produção têm capacidade restrita de utilização dos recursos naturais disponíveis.

Embora se saiba dos perigos de generalizações a partir de episódios isolados, um fato pode nos ajudar a compreender que a noção de tecnologia está ligada a processos e procedimentos exógenos com grande capacidade produtiva, sobretudo gerando excedentes – tipo fabril.

Um dos moradores de Porto da Roça, há cerca de cinco anos, é proprietário de uma pequena salina, na qual trabalha sua família (ele mais os filhos). Em sua entrevista lembra, saudosista, quando trabalhava, na década de 1970, em uma salina em um município paraense:

...lá era muito grande, dava umas 10 dessa minha aqui, era tudo artificial, a água era puxada por uns motor grande, a gente não esperava a maré trazer água não, era sal o ano todo... aquilo que era **tecnologia**... mas eu aprendi tudo lá, foi essa **técnica** que eu levei pra muitos lugares.. olhe eu já fiz pra mais de vinte salinas no Maranhão e no Pará, agora que eu estou parado aqui mais meus filhos (Manoel; entrevista concedida em 14/08/2008, grifo nosso).

A narrativa do entrevistado aponta para esta noção de tecnologia vinculada a maquinário, processos produtivos grandiosos, para não dizer, sedutores, que subjuga os tempos e os limites da natureza. As técnicas outras (indígenas, caiçara, caboclas) ficam invisíveis ou mesmo desconsideradas enquanto tecnologias.

Assim sendo, o alto prestígio que as *técnicas de mercado*<sup>25</sup> gozam fazem com que os trabalhadores que manipulam sistemas com baixa capacidade produtiva sofram as dificuldades de acesso a equipamentos e instrumentos de trabalho que garantam maior produtividade, o que, por um lado, limita a produção dos moradores destes povoados, dificultando o acesso às mercadorias que circulam no mercado de bens e materiais industrializados, mas, por outro, é o que tem garantido a manutenção dos recursos naturais, da região, mais ou menos estabilizados nas dinâmicas de ciclagem de matéria e energia garantindo a reprodução e manutenção dos estoques naturais.

Como, genericamente, parece que tecnologia está ligada à capacidade de controle e manipulação da natureza em uma escala colossal, aquelas técnicas que ficam próximas das capacidades regenerativas dos sistemas ecológicos são tidas como produções tradicionais ou, no máximo, com baixa tecnologia agregada. Ou seja, quanto mais capazes forem de produzir

---

<sup>25</sup> *Técnicas de mercado*, para nossa análise, são aquelas que para a fabricação, fornecimento e manutenção dos processos, equipamentos e instrumentos consomem grandes quantidades de insumos e geram grandiosos volumes de escórias, lixo, rejeitos, embora sejam capazes de garantir, proporcionalmente, grandes e constantes produções.

mercadorias, bens e agredir a natureza, mais ganham o *status de tecnológico* os processos, os equipamentos, os instrumentos envolvidos em um dado sistema produtivo (ULLRICH, 2000) e isto seduz e atrai a maior parte dos chamados povos ou populações tradicionais.

Entretanto, partir da década de 1970, estas concepções que vinculam a noção de tecnologia diretamente às capacidades de produzir excedentes para o mercado sofreram grande contestações por apresentar, proporcionalmente, imensas erosões nos sistemas ecológicos e sociais que as utilizaram indiscriminadamente (ACSELRAD, 2004 e 2006; ALVARES, 2000; BIDONE e MORALES, 2004; BRITO, 2003; DIEGUES, 2000; ESTEVA, 2000; SCOTTO, CARVALHO, GUIMARÃES, 2007; SHIVA, 2000; ULLRICH, 2000).

Com as contestações às práticas tecnológicas de mercado, surgiram mobilizações e esforços no sentido de revitalizar o conceito de desenvolvimento e dar condições de mantê-lo vivo a fim de reanimar o binômio conceitual *ciência e tecnologia*. Assim como se agregaram adjetivos ao conceito de desenvolvimento (sustentável, ecológico, étnico), do mesmo modo se faz com as tecnologias, agora chamadas de tecnologias *limpas, ecológicas, bio*<sup>26</sup>.

Não bastasse isto, na maioria das vezes, estas tecnologias ditas limpas resultam de saques praticados por centros de ciência e tecnologia que se utilizando de técnicas e metodologias acadêmicas apropriam-se dos saberes dos povos e populações tradicionais, fazem as adaptações necessárias e disponibilizam as “novas” técnicas para o mercado, para o Estado. E em alguns casos às próprias populações e povos tradicionais como sendo alternativas para a suposta pobreza e indolência destes grupos.

Como já vimos, a classificação de grupos como tradicionais leva em conta uma série de fatores, dentre os quais se destaca o suposto uso de tecnologias rudimentares ou pouco elaboradas. No caso em apreço, há uma nítida incorporação desta concepção e isso tem justificado intervenções, na maioria equivocadas, nos processos socioculturais destes grupos.

---

<sup>26</sup> No discurso corrente contemporâneo agregaram-se prefixos ou sufixos que supostamente dariam conta de resolver as avarias socioambientais de décadas de tecnologias de produção para o mercado, a exemplo de agroecologia, biotecnologias, biocombustíveis. Ou seja, é como se se acrescentasse o *bio* ou o *ecológico*, na prática, resolvesse todos os problemas do sistema produtivo.

#### 4.4 Noções de natureza e manejo de recursos

“Isso é mina, isso não acaba nunca!”  
Moradores de Porto da Roça.

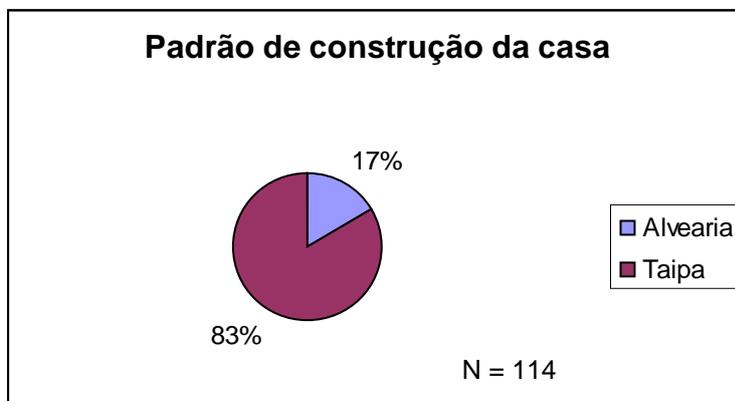
“Isso não acaba não, pode cortar eles nascem de novo.”  
Presidente da Colônia de Pescadores de Humberto de Campos.

As noções que os moradores dos povoados têm de natureza, na maioria das vezes, ainda são muito vinculadas às idéias de fartura, de capacidades de auto-regeneração dos ecossistemas. Mas, por que será que estes trabalhadores operam com essas concepções? Suas experiências cotidianas dão subsídios práticos para sustentarem estas assertivas? Teriam questões de ordem política, estratégias de respostas ao pesquisador?

A linha temporal dos moradores destes povoados é remontada a uma ancestralidade que utilizava os recursos ambientais praticamente como são manejados pelas gerações presentes, a despeito de inovações e dinamizações constantes no sistema sócio-cultural. Seus pais e avós trabalharam em atividades semelhantes (lavoura, pesca, criação de pequenos animais), construía as casas com os materiais (madeira, barro, palha) utilizados ainda hoje pelas gerações que se sucederam.

A maioria dos moradores ainda reside em casas de taipa, 83% dos entrevistados responderam que suas residências são de taipa (Gráfico 18). Quanto às atividades produtivas, apenas 9% (quebradeira de caranguejo e patrão), dos entrevistados, operam com os produtos que já foram extraídos da natureza, os 91% restantes (pescador, lavrador, caranguejeiro), trabalham diretamente com os sistemas ecológicos (Gráfico 9).

Gráfico 18. Padrão de construção das casas dos entrevistados.



Em Porto da Roça, quando se indaga a qualquer morador sobre a atividade de extração do caranguejo, embora existam vozes discordantes, a maioria absoluta responde que não há problemas, porque “quanto mais se tira mais tem”, ou então expressam uma fala que é muito corriqueira no povoado no que diz respeito a este crustáceo: “é mina, isto é mina, não acaba nunca”. O Sr. Pedro Machado, a quem todos reputam ter iniciado a atividade no povoado, usando de toda sua experiência de utilização do sistema manguezal diz:

quando passa dois dias você passa no mesmo lugar já tem de novo... não sei de onde vem já tem de novo... passa três dias cai lá já tem de novo não sei de onde vem, caranguejo não se acaba siô... caranguejo é mina, se acabar não se acaba não, mesmo que aumente os tiradores, não se acaba não senhor, caranguejo é mina, é mina mesmo, se não fosse mina não tinha mais. Primeira Cruz quantos tempos não se tira caranguejo, não se acaba não, é mina siô, é mina, caranguejo é mina (Entrevista concedida em 14/08/2008).

Existe quase um consenso em torno da qualidade de “mina” do caranguejo entre os moradores de Porto da Roça. O imaginário coletivo local relaciona a constância de disponibilização do recurso com uma fonte que jorra sem parar, como uma nascente que mina da terra de modo constante e ininterrupto, desse modo não importa se se aumenta os que bebem desta fonte, ela continuará jorrando sempre: “siô, isso ai não acaba assim não. Olhe quanto mais a gente tira mais nasce. Isso é mina... Olhe tem ano que a gente pensa que o caranguejo não vai sair, não vai andar. Qual, ele sai é de monte (Domingos, entrevista concedida em 14/08/2008).

Ora, se as condições de reprodução dos sistemas sociais e culturais, produtivos e de abrigos dos grupos que vivem nesta porção do Estado se mantiveram ao longo dos séculos sendo atendidos pelos sistemas ecológicos locais e estes não apresentam sinais de colapso, pelo contrário, ainda mostram suas capacidades de regeneração após o uso feito pelos moradores, então, é certo que eles compreendam que a natureza é perene, auto-regenerável.

E embora, nas falas de poucos moradores apareçam preocupações com o declínio de alguns recursos, são muitas reclamações sobre forasteiros que pescam todo o peixe, arrastam todo o camarão, tiram o sururu todo. Ou dos próprios moradores que desmatam a floresta para vender madeira, retiram a mata ciliar, fazem roças muito próximas dos rios e igarapés. A seguir, dois depoimentos sobre estes fatos:

aqui tinha muita ostra, agora não se pega mais nada, porque vieram uns barcos daí de fora e tiraram tudo, até a raiz. O peixe, nós pescávamos de linha e era rapidinho para trazer o do almoço, o do jantar, mas agora dá, é certo que dá, mas não é mais como antes (Terezinha, entrevista concedida em 11/02/2008).

Ah! Aqui se tinha muita fartura, tinha caça de todo tipo. Logo as matas eram mais altas, a gente tirava uma ponta de mato pra roçar e dava muito legume,

agora tá assim mais fraco, mas dá, sabendo trabalhar ainda dá (Álvaro, entrevista concedida em 11/02/2008).

Entretanto, apesar de alguns moradores perceberem sinais que demonstram alterações nos sistemas ecológicos que utilizam, estes mesmos moradores, como que acionando um certo cálculo racional, acreditam que os recursos ainda são suficientes para garantir o sustento de si e de suas famílias, e que a diminuição de quantidades disponíveis deste ou daquele recursos faz parte dos ciclos naturais em uma linha temporal minuciosamente observada pela maioria deles ou pela presença de forasteiros que levam todo o recurso consigo.

A diversificação de atividades desenvolvidas por cada trabalhador pode, também, ser indício de que os sistemas produtivos destes grupos têm provocado poucos impactos degenerativos sobre os ambientes que utilizam. Os moradores dos povoados de Bom Gosto e Salgado, principalmente, embora tenham respondido que desenvolvam a lavoura e a pescaria, respectivamente, como atividade principal e complementar, no trabalho de campo pudemos observar que, grande parte deles desenvolve, concomitantemente, as duas atividades, além da criação de animais de pequeno porte. Este conjunto de atividades distribuído durante todo o calendário anual tem sido favorável aos ambientes que utilizam, na medida em que evita especializações e grandes pressões aos recursos alvo, o que ocorre no caso de economias mais especializadas com fins de mercado.

Outra condição que tem sido favorável para que os sistemas se mantivessem mais ou menos estáveis em sua dinâmica natural, com suas capacidades regenerativas e adaptativas parece ser o sistema tecnológico utilizado nesses povoados. Como já vimos, as tecnologias utilizadas nos povoados em estudo privilegiam um sistema de manejo que tem garantido a reprodução social e cultural dos grupos ao longo dos anos e mantido a relação destes como os sistemas ecológicos, sem que comprometa suas capacidades regenerativas.

A maioria dos entrevistados (86%) entende que não há risco de esgotamento dos recursos naturais que utilizam (Gráfico 19), embora apenas 67% tenham respondido que os recursos naturais existentes são suficientes para prover as necessidades dos moradores (Gráfico 20). E em relação à prática da atividade principal, os entrevistados que não sabem se causam impactos ou estão certos de que não criam qualquer impacto para os sistemas ecológicos que utilizam somam 89%, sendo que apenas 11% reconhecem que suas atividades geram alguma nocividade aos ambientes utilizados (Gráfico 21), e mesmo estes, geralmente, dizem apenas que: toda atividade mexe com a natureza, sem assumir maiores impactos negativos as ecossistemas por eles manejados.

Gráfico 19. Percepção do entrevistado sobre a extinção dos recursos.



Gráfico 20. Sobre a suficiência dos recursos para atender as demandas.

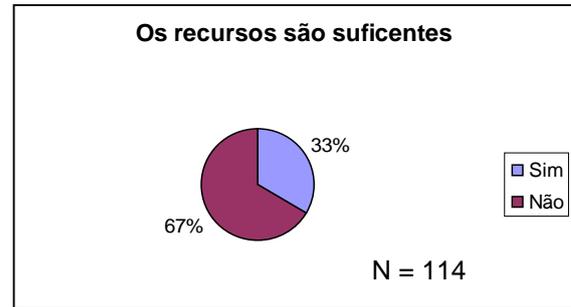
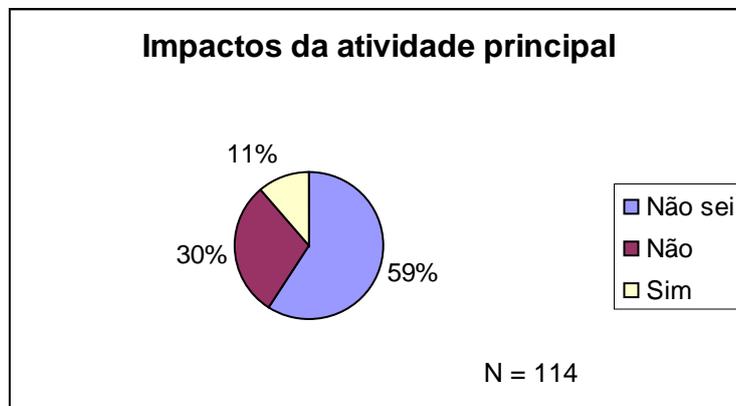


Gráfico 21. Se a atividades do entrevistado gera algum tipo de impacto.



A fala do Presidente da Colônia de Pescadores de Humberto de Campos, também corrobora com esta perspectiva de inesgotabilidade dos recursos, ao se referir à cobertura vegetal do sistema ecológico manguezal afirma que: “isso não acaba assim não, você corta e eles logo nascem de novo” (entrevista concedida em 07/11/2007).

#### 4.4.1 O caranguejo em Porto da Roça: “é mina não acaba nunca”

Em Porto Roça, embora também os moradores desenvolvam atividades diversas (pesca com curral, arrasto de camarão, criação de pequenos animais), uma atividade tem servido como âncora para manutenção da economia local, o que tem levado a pressionar majoritariamente um recurso durante todo o calendário anual.

Conforme rememora um dos moradores do povoado:

aqui já se trabalhou muito com roça, tinha casa de forno, minha primeira biana foi comprada com farinha... mas se danaram a criar animais soltos que faziam uma danação nas roças, ai foi ficando difícil hoje ninguém faz mais roça... A pesca também era boa, eu tinha uma biana a vela... A gente tanto pescava como tinha a roça... (Bina, entrevista concedida em 13/08/2008).

As disputas pelos espaços produtivos foram configurando as opções de produção dos moradores, hoje em Porto da Roça não se conta nenhuma casa de forno. A atividade de lavoura é mantida por poucos, quase extinguiu-se do povoado, permanecendo a pesca, principalmente de curral, o arrasto de camarão e, mais recentemente, o comércio, que ganhou vitalidade com a circulação de moeda a partir da atividade de extração do caranguejo.

A história de afirmação da economia do caranguejo no Povoado é contada pelos moradores com quase nenhuma variação. Segundo eles, há quinze anos mudou-se para Porto da Roça um senhor conhecido por Pedro Machado. Hoje este senhor tem 83 anos e ele mesmo conta como foi que chegou ao povoado e começou a coletar caranguejo em um lugar em que este recurso, à época, pouco apreciado pelos moradores, ficava quase invisível no sistema produtivo local.

O Sr. Pedro nascera em Matões, povoado de Humberto de Campos, mudou-se, ainda criança, com seus pais para Primeira Cruz<sup>27</sup> e só depois se instalou em Porto da Roça. Ele rememora, dizendo:

Lá no Matões morei um bocado de tempo, aí vim aqui pra um lugar chamado Jacu Preto, aqui no Humberto de Campos, de lá levantei para Primeira Cruz, aí de lá foi que vim pra cá. Aqui já tô entrando nos quinze anos... Eu tirava [caranguejo] na Primeira Cruz, aí eu arribei pra cá... Aí, o comprador da Primeira Cruz, que eu trabalhava com um comprador, disse: você leve o gelo – que nesse tempo não tinha energia aqui – o sr. leva o gelo, as caixas, lá o Sr. pega os caranguejos que eu vou pegar o caranguejo tal dia... Aí trouxe as caixas com gelo, tudo... siô, pra mim tirar esse caranguejo aqui deu luta, deu luta, deu luta, deu luta... que eles não queriam cumpade, o pessoal não queriam mesmo de jeito nenhum... Aí eu botei o pé e disse: eu tiro, eu tiro mesmo... eu tenho carteira, eu tenho tudo, eu tenho carteira da... tenho carteira de trabalho, eu tenho toda coisa, tenho tudo e eu posso é tirar o caranguejo... Você não tira, eu digo: eu tiro... Aí, eu fui na casa do seu Pió, aí ele disse: o senhor tire o caranguejo, pode tirar. Aí fui na casa de seu Moisés, disse: tire... Na casa de seu Cadal, disse: pode tirar o caranguejo, tire, pode tirar, não se incomode com o pessoal, pode tirar. Aí eu fui na casa do seu Zé, que era o capataz da Colônia e disse: seu Zé eu vim aqui sobre um caranguejo, que eu trabalho é com caranguejo... eu vim pra cá e não tenho outro serviço, eu tenho que trabalhar é com caranguejo. Aí ele ficou assim..., e disse: seu Pedro me diga uma coisa: o pessoal daqui... Siô o pessoal a metade tão apoiando eu tirar, a outra metade não querem. Ele disse: tire siô o caranguejo, pode tirar... tire por minha conta, pode tirar... o senhor não pagava a colônia? – Paguei, e não paguei mais por causa de seu Osmar, aí contei a história todinha... disse tá certo. Aí comecei a trabalhar... Siô quando comecei, não tava com um ano, todo mundo começou, aí foi todo mundo aí não teve mais um... as empresas<sup>28</sup> também... aí eu trabalhei, trabalhei um bocado... depois, quando tava com um bocado de tempo, eu

<sup>27</sup> Município vizinho a Humberto de Campos.

<sup>28</sup> Neste contexto de produção “empresa” é uma forma de organizar a produção que é administrada por um “patrão” – geralmente proprietário de uma biana e comprador da produção, no povoado – que arregimenta catadores de caranguejo para trabalharem para si.

acho que uns dois anos que trabalhava aí, aí o pessoal começaram, aí nunca largaram... Dona Maria Branca trabalhou comigo... Dona Maria Branca, botei ela, muitos caranguejos eu levei da Maria Branca junto com o meu pra caçar colocação pra ela, que ela não tinha patrão<sup>29</sup>, não tinha nada e eu já tinha patrão lá no Ribamar<sup>30</sup>... Aí ela vinha aqui: seu Pedro eu quero colocar um caranguejozinho junto com o seu, o senhor venda como seu, como seu... eu levava, quando voltava pagava ela: dona Maria seu caranguejo deu tantos quilos, tá aqui o dinheiro... ela começou comigo, a Maria Branca começou foi comigo... O pessoal aqui tinham raiva do caranguejo, não queriam nem saber, se sujar de lama!... mas agora, os mais que não queriam tão tirando...

Tinha muito, tinha muito, caranguejo aqui era de mais... se nós íamos, saía uma hora dessa assim [nove horas da manhã], saía pro mangue, quando dava onze horas, antes de onze horas, cada um tinha trezentos, quatrocentos... siô e era bem aqui, aqui mesmo, aqui mesmo pertinho, mais tinha muito, usava canoa quem quisesse, não tirava mais porque não tinha tiradeira<sup>31</sup>... e nesse tempo não tinha energia também, era, o camarada não podia tirar fora da marca que se perdia... quando dava aquele mil, mil e quinhentos, eu dizia: rapaziada vombora, já chega... siô, mais... não, não quero mais não, já chega... quem comprava deles tudinho era eu... quando chegou energia, aí tirava mais, aí o pessoal começou a trabalhar todo mundo... diminuiu, diminuiu o caranguejo mais, o caranguejo tá mais pouco.. que se tira demais, todo santo dia... siô tem lancha aí que tem dia que vai de quinze pessoas, ainda tão tirando muito ainda, tem gente que tira trezentos, quatrocentos ainda, mas é pra longe, lá pra fora, pra lá pra fora. Agora, sai toda madrugada... aqui não dá, aqui é pouco, dá mas é pouco, aqui tira de duzentos, duzentos e pouco... duzentos, cem... e é um bom tirador, qualquer tirador não tira, qualquer tirador não tira não senhor...

Foi com o caranguejo que eu comprei minhas coisinhas, essa casa aqui... eu ainda nem mexi nela, mas a madeira de baixo é boa, já tá com dezesseis anos, ela ainda tá boa... trabalhei um tempo com curral, os curral viviam cheios de peixe, não tinha quem comprasse... aí eu vi que não dava de jeito nenhum, aí eu mudei pro caranguejo... aí seu Osmar sempre dizendo: seu Pedro vamos tirar o caranguejo. E eu sempre quebrando canto, pra não tirar, que: isso não vale nada não... aí já tinha um cumpade meu na Primeira Cruz que já trabalhava com caranguejo, ele disse: cumpade, o caranguejo dá dinheiro e o senhor acha quem dê dinheiro para você... dá resultado... quando passa dois dias você passa no mesmo lugar já tem de novo... não sei de onde vem já tem de novo... passa três dias cai lá já tem de novo, não sei de onde vem, caranguejo não se acaba siô... caranguejo é mina, se acabar não se acaba não, mesmo que aumente os tiradores, não se acaba não senhor, caranguejo é mina, é mina mesmo, se não fosse mina não tinha mais. Primeira cruz quantos tempos não se tira caranguejo, não se acaba não, é mina siô, é mina, caranguejo é mina... o caranguejo todo dia que você vai você traz, já o camarão não é assim

Eu levava daqui, 6 mil caranguejos, 8 mil caranguejos daqui... aí voltava, pagava os homens... tinha gente, tirador por maré aqui que tirava era 600 caranguejos, por maré era 600, era 600... tinha, tinha era fatura de caranguejo. Aí foi o tempo que eu vim pra cá... agora tá pouco, tá pouco, porque é demais siô. Olha, tirava eu, tirava seu Melo, ali o Temir, dona

<sup>29</sup> Patrão, agora corresponde ao intermediário entre o dono da empresa e o comprador nos centros urbanos.

<sup>30</sup> Município de São José de Ribamar, Maranhão.

<sup>31</sup> *Tiradeira*, mesmo que *quebradeira*, a pessoa (geralmente mulher ou criança) responsável pela retirada da carne e das patas do caranguejo capturado pelos homens.

Maria, isso tudo tirava, tudo num lugar só né... Agora eu não tirei mais, mas tem o Temir, dona Maria, Melo, tem o Bogoró... tudo tiram aí, e os trabalhadores aí é muito... (Entrevista concedida em 14/08/2008).

A narrativa de Pedro Machado demonstra o processo de assimilação da atividade extrativa de caranguejo pelos moradores do povoado. Até aquela ocasião as atividades desenvolvidas eram mais heterogêneas, mas seguramente não foi apenas a chegada de um forasteiro que fez consolidar uma especialização produtiva.

Os conflitos emergentes da criação de animais soltos que destruíam as roças, o declínio dos estoques disponíveis de peixe e camarão, sobretudo pela entrada de embarcações pesqueiras<sup>32</sup> vindas de São José de Ribamar, Raposa ou mesmo de outros estados, como do Ceará, com capacidades extrativas muito superiores aos equipamentos utilizados pelos moradores locais fizeram com que se abrisse possibilidade de assimilar mais facilmente uma atividade com potencial econômico promissor.

Como o crustáceo se apresentava disponível no sistema ecológico local e agora se abrindo a possibilidade aos moradores de participarem de uma cadeia de produção com certa estabilidade de circulação de moeda, a chegada do Sr. Pedro Machado com experiências em negociar neste mercado fez com que houvesse uma migração para esta atividade, embora com resistências iniciais. Afinal, como ele mesmo afirma: “O pessoal aqui tinham raiva do caranguejo, não queriam nem saber, se sujar de lama!... mas agora, os mais que não queriam tão tirando...” (Entrevista concedida em 14/08/2008).

A atividade extrativa de caranguejo foi ganhando espaço na economia local de tal modo que alguns pescadores que resistiram, em um primeiro momento foram praticamente obrigados a mudar de atividade. É o caso do Domingos Bogoró, pescador há muitos anos (cerca trinta), proprietário de uma biana à vela, que revelou ter chegado ao limite de preparar a embarcação, deixar tudo certo para a pescaria na madrugada e não sair porque não tinha com quem ir, porque todos estavam tirando caranguejo. Ele afirma: “eu me vi sem poder trabalhar, não tinha homem pra sair pra pescar, arrumava o material de pesca e não aparecia quem fosse comigo... aí eu tive que passar para o caranguejo...” (Domingos Bogoró, entrevista concedida em 14/08/2008).

A economia do caranguejo no povoado faz circular uma quantidade razoável de moeda e com isso o comércio local tem se expandido. Afinal, se antes a maioria dos moradores mantinha atividades diversificadas e suas dependências a produtos industrializados

---

<sup>32</sup> Nas falas dos moradores as informações sobre embarcações vindas de outros municípios e estados são bastante recorrentes.

era bem menor, agora todo o tempo produtivo da maioria de homens, mulheres e crianças é investido em uma atividade alvo com capacidade razoável de liquidez. Então, seria natural que se aumentasse a demanda por produtos alimentícios de cadeias produtivas da indústria regular de mercado.

Alguns catadores revelam que a extração do caranguejo realmente gera renda, mas como agora têm que comprar tudo (arroz, farinha, feijão, carne, peixe) não lhes sobram muita coisa para investir na reforma ou construção de casas, na compra de vestuário, na aquisição de eletrodomésticos, na educação dos filhos. Diz um catador: “o ganho é bom, mas as despesas também são muito grandes, no final das contas não sobra muito não...” (Zé Mário, entrevista concedida em 14/08/2008). Embora outros evitem a especialização extremada, e mantenham atividades paralelas que garantam o fornecimento de proteínas para a família, é muito comum um catador de caranguejo, por exemplo, reservar um tempo para *arrastar* camarão, *lavar* sururu ou mesmo cuidar de alguma plantação, ainda que pequena.

A sensação que os moradores de Porto da Roça experimentam ao entrar na lógica do mercado parece ser a mesma sentida pelos moradores das periferias das cidades: os salários não os deixam sair da condição de subalternidade. Entra-se na ciranda da economia de mercado, mas as condições de vida continuam as mesmas, ou mais difíceis. Mesmo aos chamados patrões, a parte do bolo que lhes é auferida é muito pequena, atendendo, geralmente, às despesas de contratação da equipe e de manutenção dos equipamentos.

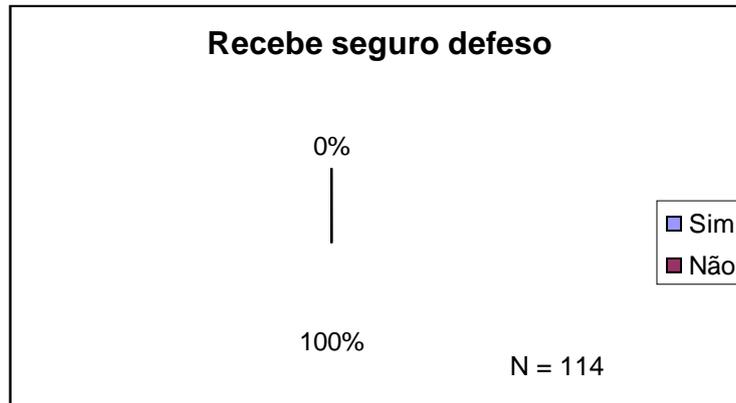
Como explica o Sr. Pedro Machado:

Agora tem uma coisa siô, caranguejo gasta dinheiro [...] gasta porque você leva quinze pessoas, na hora que você chega tem que pagar aqueles trabalhadores tudinho, todo dia o sr. tem que pagar, a semana toda... sobra pouquinho, é muita despesa, tem a despesa do óleo, da biana [...] (Entrevista concedida em 14/08/2008).

A situação leva os moradores a continuarem a atividade mesmo, durante o período de defeso do crustáceo, diz Domingos Bogoró: “Mas não pára não, eles próbem pra lá, mas aqui é tirando direto, meio escabreado...” (Entrevista concedida em 14/08/2008).

Assim como nos demais povoados estudados, em Porto da Roça os trabalhadores não gozam de compensação financeira à época do defeso (Gráfico 22), o que em casos onde não se verifica a especialização produtiva não causa maiores transtornos, mas em se tratando especificamente do sistema produtivo ora operando nesta situação empírica pode comprometer ou o recurso utilizado ou os trabalhadores envolvidos, ou ambos.

Gráfico 22. Entrevistado que recebe seguro defeso.



Segundo informações de patrões, os mercados que mais consomem o caranguejo de Porto da Roça são os dos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Humberto de Campos. Então em um cenário com mercado consumidor favorável, aumentam-se os incrementos tecnológicos, primeiro o gelo, depois a energia, depois o barco a motor que leva a equipe cada vez mais distante e mesmo à utilização do gancho<sup>33</sup> que captura o animal nas tocas mais profundas. Disso, infere-se que em um cenário de grande demanda pelo produto e a prática de preços que não custeiam as despesas nem auferem ganhos razoáveis aos envolvidos na cadeia produtiva, mesmo sem alta tecnologia, a mobilização de mão-de-obra sem considerar as especificidades do sistema ecológico pode comprometer o recurso alvo.

Então surgem vozes discordantes da opção produtiva feita pelo povoado. Um morador se ressentiu de não encontrar mais caranguejo quando precisa: “não se acha mais caranguejo pra fazer um jantar, oferecer a um amigo que vem visitar a gente, tá difícil...” (Domingos Come Bom, entrevista concedida em 14/08/2008).

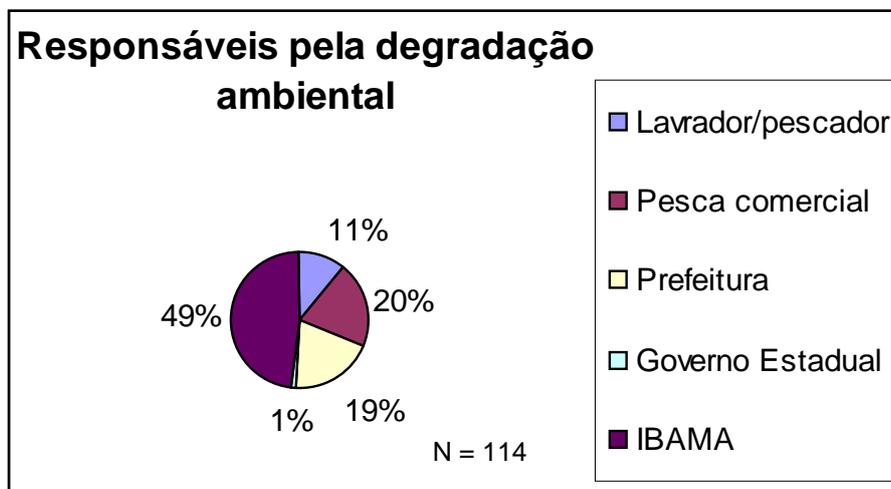
Pelo percurso teórico-conceitual e empírico feito até agora, podemos inferir que os agentes e instituições sociais envolvidos (Estado, academia, sindicatos, cientistas, empresários, lideranças locais, pescadores) na discursividade de consciência ecológica, na maioria dos casos, operam com práticas, sistemas e processos que garantam, de imediato, a reprodução das organizações sócio-culturais dos grupos dos quais fazem parte e que geralmente há uma responsabilização do outro em relação às agressões ecológicas.

Ora, se os pescadores/lavradores entendem que seus sistemas produtivos pouco agredem os ecossistemas que manejam, nesta lógica, é certo que não se sintam responsáveis pela degradação ambiental. Isto pode ser observado nas respostas dos entrevistados, 89%

<sup>33</sup> O *gancho* é um instrumento de madeira ou metal utilizado para captura do caranguejo nas tocas mais profundas, onde o braço do caranguejeiro não alcança.

deles dizem que os responsáveis pela degradação são agentes e instituições externas aos seus arranjos sócio-culturais locais. Observa-se que os entrevistados responsabilizam pela degradação dos ambientes majoritariamente, o IBAMA (49%) e em seguida a prática de pesca comercial/industrial (20%), já a Prefeitura fora responsabilizada por 19% dos entrevistados e apenas 1% disse que seria de responsabilidade do Governo Estadual a degradação que vem ocorrendo nos sistemas ecológicos, e, apenas, 11% responderam ter alguma responsabilidade o lavrador/pescador (Gráfico 23).

Gráfico 23. Responsáveis pela degradação ambiental.



#### 4.5 Questão fundiária e a proposição da RESEX-MAR

A concentração da propriedade fundiária no Estado do Maranhão tem motivado migrações, rearranjos de relações servis e suscitado as mais diversas análises acadêmicas e nativas da forma de uso e apropriação dos recursos.

Estudos acadêmicos (LITTLE, 2002; PEDROSA, 2003; ROCHA, 2008) apontam para a problemática da concepção de propriedade privada e da concentração de terras nas mãos de poucos, herança histórica da colonização e, mais recentemente, do arcabouço jurídico que condiciona o acesso à terra mediante compra.

Na região em estudo, uma categoria muito utilizada pelos moradores é a de “terra de dono”. Conforme depoimentos colhidos em trabalho de campo, as terras dos povoados são “terras de dono”, o que significa, segundo eles, que embora sendo de uso “livre”, sempre uma família requer para si a propriedade da terra e, em alguns casos, há impedimentos de uso do solo para roçar, conforme afirma o diretor do Sindicato dos Pescadores de Icatu.

As terras são tudo *adonadas* que ninguém sabe mesmo quem é dono, quem não é... mas quando você vai roçar tem impedimento, na maioria dos lugares do município de Icatu, tem impedimento de roçar... (Piticaia, entrevista concedida em 12/02/2008).

Dois povoados do município de Icatu, Prainha e Papagaio, ambos à beira mar, foram vendidos a um grupo espanhol para construção de empreendimentos turísticos devido à beleza cênica da área. Este fato põe em debate a viabilidade operacional e logística de criação da RESEX-MAR da Baía do Tubarão. Isto aponta que o processo de efetivação da Unidade de Conservação pode sofrer impasses quando da delimitação territorial, lembrando que uma das maiores dificuldades de se implementar Unidades de Conservação no País tem sido a desapropriação das terras; Brito (2003) afirma que mesmo aquelas cuja desapropriação já foi decretada, têm alguma pendência de ordem fundiária. Pedrosa (2003), lembra que no Maranhão a questão fundiária é tão séria que, em muitos casos, é quase impossível levantar a cadeia dominial das propriedades imobiliárias devido às práticas de grilagem e falseamento de escrituras.

#### 4.6 RESEX

A RESEX-MAR da Baía do Tubarão foi solicitada pelo Sindicato dos Pescadores de Icatu, cujo processo tramita no CNPT/IBAMA-MA conforme descrito no item *revisão de literatura* deste trabalho.

Foi solicitado, pelo Sindicato dos Pescadores do município de Icatu, à GEREX I do IBAMA no Maranhão, a criação de uma **Reserva Extrativista Marinha** no município de **Icatu, Maranhão**. A área solicitada abrange em torno de quinze povoados cuja principal atividade econômica é o extrativismo de recursos pesqueiros (IBAMA-MA, 2005).

O desejo dos extrativistas figura como sendo condição para se criar uma RESEX, o que deve ser expresso ao poder público, nesse íntere representado pelo IBAMA-MA. Como vimos acima, o Sindicato dos pescadores do município de Icatu, representando este segmento oficializou o pedido de criação da Unidade de Conservação. Sabendo dessa informação uma questão surgiu: que conhecimento os pescadores têm sobre RESEX, sendo inclusa no questionário utilizado nesta pesquisa.

Dos entrevistados, 85% responderam desconhecer o que seria uma RESEX, somente 15% responderam afirmativamente (Gráfico 24), entretanto, mesmo os que diziam saber do que se tratava, quando inquiridos sobre a noção de RESEX, demonstravam desconhecer seus objetivos, seus processos de criação e, em alguns casos, operavam com

informações desmotivadoras do desejo de transformar seus territórios em Unidade de Conservação, pois entendiam que seriam obrigados a dividir tudo indiscriminadamente, inclusive posses da vida privada ou doméstica, como o quintal, a casa. Do mesmo modo, os entrevistados que responderam desejar ver seus povoados pertencentes a uma RESEX, 16% (Gráfico 25), não souberam informar que vantagens teriam com esta vinculação (Gráfico 24 e 25).

Gráfico 24. Conhecimento do entrevistado sabe RESEX.

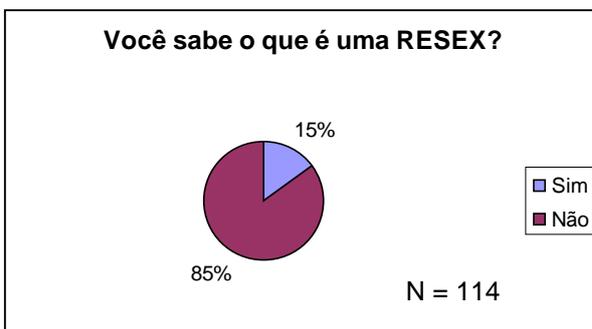


Gráfico 25. Sobre o povoado do entrevistado pertencer a uma RESEX



Os moradores não operam no seu cotidiano com as noções de preservação, conforme certa etiqueta ambiental. Como já vimos, o imaginário da maioria opera com uma noção de natureza auto-regenerativa, o que faz com que suas atividades estejam vinculadas aos sistemas ecológicos de tal modo que não façam distinção entre suas ações e as ações dos próprios ciclos naturais. As ações de manejo não são antecipadas por cálculos de preservação, uma vez que a natureza, segundo suas concepções, se auto-regula e suas ações não têm capacidade de degradar os ambientes que utilizam. Como já vimos, 86% dos entrevistados responderam que não há risco de esgotamento dos recursos naturais que utilizam (Gráfico 19).

Percebemos que a maior parte dos interlocutores na pesquisa não operavam com as categorias e necessidades de preservação, pelo menos no discurso mais espontâneo. Por isso, optamos por redirecionar a pesquisa e o trabalho, colocando apenas uma pergunta direta no questionário sobre RESEX (se sabe o que é RESEX). Parece que o importante é a busca pelo acúmulo material, afinal é isso que dá status social (ELIAS & SCOTSON, 2000).

A proposição de criação da RESEX é uma atitude do Sindicato dos Pescadores de Icatu. O fato de grande parte dos entrevistados não ser vinculada a instituições representativas (colônia ou sindicato), talvez seja o indicativo da desinformação sobre o que seja uma RESEX ou o desinteresse pela instalação.

No discurso espontâneo corrente não aparecem articulações entre os povoados como formando um território sócio-cultural que se auto-identifica como comunidades tradicionais, o que pode ser indício de demandas por estudos mais detidos e com objetivos específicos em realizar coletas de dados e informações capazes de reconhecer e fortalecer os aspectos objetivos e simbólicos que caracterizam os grupos chamados tradicionais.

## 5 CONCLUSÃO

Subsumidas nos discursos de desenvolvimento e de prosperidade, estão as investidas de criar e difundir um sistema de signos pautado em normas, etiquetas, condutas e princípios que privilegiam sistemas produtivos e culturais com altas capacidades de uso e consumo de matéria e energia em gigantescas cadeias produtivas e de mercado sustentadas pela ciência e tecnologia racional-instrumental. Tendo como um dos objetivos centrais tornar este sistema simbólico como único e inelutável, expandindo-o a todos os modos de vida, como arbitrário cultural dominante que se quer legítimo e legitimado, mesmo por aqueles que são submetidos às violências simbólicas para mantê-lo e difundir-lo cada vez mais.

As configurações sócio-culturais distintas deste estilo de vida seriam os chamados povos e populações tradicionais, aos quais é dada a missão de manter seus territórios ecológicos com baixa entropia e uma relativa proximidade com os setores da economia e tecnologia de mercado, funcionando como uma espécie de *modus vivendi* adequado às regularidades naturais e assim com capacidades de equilibrar os saques e pilhagens feitas pelas sociedades civilizadas e consumistas.

Os modos de vida dos moradores dos povoados Porto da Roça, Salgado e Bom Gosto, ainda se aproximam daqueles que se relacionam de forma, mais ou menos, direta com os sistemas ecológicos naturais sem grande potencial de degenerá-los e se mostram organizados em um sistema de relações do qual emergem solidariedades recíprocas. Entretanto, a proximidade espacial e simbólica com os centros urbanos pautados no consumismo faz com que os meios de vida dessas pessoas sejam, por um lado, contestados e, por outro, identificados como o ideal de vida para manter baixo potencial de degradação dos recursos naturais. Os grupos, identificados pelas instituições oficiais como comunitários, beneficiários são pouco compreendidos como detentores de histórias e identidades sociais e culturais próprias, mas sim como débeis necessitados de intervenções capazes de tirá-los da condição de selvagens, periféricos, pobres e levá-los a de civilizados, urbanos, consumidores.

Desenvolvem, majoritariamente, atividades diversificadas de produção. Cada morador, embora se identificando com uma dada atividade, a unidade doméstica é caracterizada por desenvolver, concomitantemente, a lavoura, a pesca e a criação de pequenos animais, que somado ao uso de tecnologias e processos com poucas demandas por insumos e baixas capacidades geradoras de resíduos têm se mantido mais ou menos em consonância com os limites naturais dos sistemas ecológicos.

As cadeias produtivas e de circulação de mercadorias locais, com exceção da cadeia produtiva do caranguejo, são relativamente curtas, fazendo com que a produção circule pouco até ser consumida. Isto tem efeitos diretos na conservação dos recursos utilizados pelos moradores, uma vez que as pressões realizadas sobre estes recursos diminuem já que o mercado local é mais segmentado.

As experiências, práticas produtivas e tecnologias agregadas pelos moradores destes povoados sugerem uma comunhão imaginária com a natureza. Desta forma, os recursos e processos naturais são por eles concebidos como auto-sustentáveis, entendendo ainda que mesmo que os seus processos e cadeias produtivas assimilem as tecnologias e lógicas do mercado, as reservas naturais dariam conta de atender às demandas crescentes. Esta concepção pode facilitar a assimilação de sistemas econômicos com tecnologias de alta produtividade e grande circulação de mercadorias por parte dos moradores, podendo incorrer em colapso dos sistemas ecológicos que até então mantinham seus potenciais de auto-regeneração.

Uma demonstração do dito acima é a especialização produtiva experimentada pelo povoado de Porto da Roça em que, em pouco mais de uma década de intensa captura do caranguejo com algum incremento tecnológico, ainda, não foi capaz de fazer os moradores, de modo geral, perceberem nitidamente o declínio do recurso alvo, exatamente pela experiência de que os arranjos e capacidades produtivas tradicionalmente utilizadas não extinguiram o recurso. Pode-se inferir que, para os moradores, também esta nova configuração produtiva teria pouca capacidade de degenerar os sistemas que manejam há décadas.

A maioria dos moradores opera com a idéia de fartura, de uma natureza que se auto-regenera ao ser utilizada pelo homem. Por isso mesmo, em suas narrativas espontâneas e cotidianas pouco ou nada aparecem de questões relacionadas à conservação dos estoques naturais. Isso pode explicar porque a maioria não se interessa por discussões dessa natureza, ou mesmo pela possibilidade de tornar seus territórios em Unidade de Conservação.

Grande parte dos moradores expressa a necessidade de introduzir em seus sistemas produtivos, processos e tecnologias que garantam o aumento da produtividade, ou seja, meios que façam com que consigam aumentar a captura do pescado, do caranguejo, que lhes ofereçam condições de cultivar uma quantidade maior de terra na lavoura. Entretanto, tudo isso traz embutido uma capacidade erosiva dos recursos naturais, quase que totalmente desconsiderada pela maioria dos que reivindicam o aumento na produtividade, isso é justificado pela noção de natureza auto-regenerável aceita e gestada na experiência e transmitida tradicionalmente pelos moradores da Baía do Tubarão, que se não for,

concomitantemente, atualizada para a realidade de uso de novos processos e tecnologias agregadas; as comunidades que até então foram consideradas heroínas do “conservacionismo” passarão, como em um passe de mágica, desta condição a de irresponsáveis e vilãs.

As noções de natureza com as quais operam os moradores dos povoados objeto desta investigação não coincidem com aquelas tradicionalmente reveladas pelas disciplinas científicas que estudam as espécies, as populações os ecossistemas, como a biologia e a ecologia. A tradição teórico-empírica destas disciplinas aponta para uma natureza que tende inevitavelmente ao aumento da entropia, e como consequência todos os ecossistemas, populações, espécies tendem à extinção ao colapso, ainda que em uma escala geológica.

Para os adeptos desta noção, os pescadores ao utilizarem de uma concepção de perenidade dos recursos naturais estariam totalmente equivocados, errados. Entretanto este trabalho não versa sobre questões ontológicas e/ou fináveis em si, mas tão somente de experiências que levam um grupo social (pescadores, lavradores) a entenderem que os seus sistemas produtivos não dispõem de capacidades de levar à exaustão os recursos que utilizam; do mesmo modo como as grandes indústrias, sob os auspícios da ciência, acreditam piamente que as novas tecnologias serão capazes criar processos, matérias, materiais renováveis e limpos capazes de garantir o crescente padrão de produção e de consumo das sociedades chamadas civilizadas.

Não se trata, portanto, de noções equivocadas ou erradas, mas somente posicionamentos justificados pelas experiências ancestrais, no caso dos pescadores-agricultores; e no mito da ciência e tecnologia, no caso da indústria e da sociedade exacerbadamente consumista.

Pela experiência tradicional de manejo dos seus sistemas ecológicos, a pauta de grande parte dos moradores dos povoados estudados parece não está centrada na preservação/conservação ambiental, mas no acompanhamento do estilo de vida voltado para o consumo, o descartável, tão propagandeado pelo núcleo hegemônico da sociedade de mercado. Portanto, uma urgente reestruturação do estilo hegemônico de consumo configura-se como condição sem a qual fica impraticável operacionalizar proposições de preservação/conservação.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (Org.). **Cidade, ambiente e política**: problematizando a Agenda 21 local. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil** – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 13-36.

ALEXANDRE, Agripa Faria. A política que se apreende: avaliando o processo de implementação das reservas extrativistas no Brasil à luz do ideário da etnoconservação. In: **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, 2002.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 37-56.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Laudo Antropológico – Identificação das comunidades remanescentes de quilombos em Alcântara – MA**. Rio de Janeiro: 2002. Mimeo.

ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de; CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al (org.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**: avaliação e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001, p. 92-10.

ALVARES, Claude. Ciência. In. SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 40-58.

ALVES, Elio de Jesus Pantoja. **Do mangue à casa**: família e trabalho na economia do caranguejo. Belém: UFPA, 2002. Dissertação de Mestrado.

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**. São Paulo: ARS Poética, 1996.

ANDRADE, Maristela de Paula; SOUZA FILHO, Benedito (Orgs.). **Fome de farinha**: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. São Luís: EDUFMA, 2006.

ARRUDA, R. S. V. 'Populações tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento** (Trad. Estela dos Santos Abreu). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BIDONE, Edison Dausacker; MORALES, Paulo Roberto Dias. **Desenvolvimento sustentável e engenharia: enfoque operacional**, Rio de Janeiro: Fundação Ricardo Franco, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Trad. Reynaldo Bairão. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, (1988). Brasília, 1958. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2005.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2007.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. **Institui o novo Código Florestal**. Brasília, 1965. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 09 abr. 2007.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. **Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências**. Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 05 abr. 2007.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2007.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. 2. ed. São Paulo: Annablume-Fapesp, 2003.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

CHAMY, Paula. **Reservas extrativistas marinhas: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade**. In: I ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2002, São Paulo. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br>> . Acesso em: 12 fev. 2007.

CUNHA, Manuela Carneira D.; ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAMPOBIANCO, João Paulo Ribeiro (Org.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefício**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da Natureza intocada**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá-Parati-Rio de Janeiro**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgard (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In. SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 59-83.

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociologia**: leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora USP, 1973.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio, 9. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Morais, 1980.

FREITAS, Mariana Almeida Passos de. **Zona costeira e meio ambiente**: aspectos jurídicos. Curitiba: Juruá, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

GRAMSCI, Antônio. **II Materialismo Storico**. Roma: Riuniti, 1973.

GUHA, R. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Laudo de vistoria prévia para criação da reserva extrativista no município de Icatu/MA**. São Luís, 2005. Mimeo.

\_\_\_\_\_. **Plano de ação para a gestão dos recursos pesqueiros no estado do maranhão**. São Luís, 2006. Mimeo.

JARA, Carlos Julio. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2001.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. Brasília: UNB, 2002.

LOPES, José Sérgio Leite Lopes (Coord.). **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MARQUES, José Geraldo W. **Pescando pescadores**: etnoecologia abrangente no baixo São Francisco. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. **Sociologia e antropologia**. Tadução: Paulo Neves, São Pulo: Cosac Naify, 2003.

MELLO, Alex Fiúza de. **A pesca sob o capital**: a tecnologia a serviço da dominação. Belém: editora UFPA, 1985.

MENDONÇA, Bartolomeu. **Cajueiro**: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço. São Luis – MA, monografia do Curso de Ciências Sociais – UFMA, 2006.

MIRANDA, Ana Caroline Pires. **Pólo siderúrgico e conservação dos manguezais na ilha de são luís**: um estudo da legislação ambiental. Relatório de Pesquisa UFMA/FAPEMA, São Luís, 2007. Mímeo.

NASCIMENTO, Ivete. Tempo da natureza e tempo do relógio – tradição e mudança em uma comunidade pesqueira. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Série Antropologia**, Belém, v. 11, 1995.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PEDROSA, Luís Antonio Câmara. **A questão agrária no Maranhão**. Seminário Internacional de Direito Agrário – Justiça Agrária e Cidadania. São Luís, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ROCHA Maria Regina Teixeira da. **A luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu pela libertação do “coco preso” e pela posse da terra**. Disponível em: <[www.alasru.org/cdalasru2006](http://www.alasru.org/cdalasru2006)>. Acesso em: 05 de jan. 2008.

SÁ, Laís Mourão. **O pão da terra**: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental maranhense. São Luís: EDUFMA, 2007.

SACHS, Wolfgang. Meio ambiente. In. \_\_\_\_\_(Editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 117-131.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Florestania: a saga acreana e os Povos da Floresta.** Rio Branco: EDUFAC, 2004.

SANT'ANNA, Renata de. Populações Humanas em Unidades de Conservação. In: **Boletim Rede Amazônia – Dinâmicas de ocupação e de exploração – efeitos socioculturais.** Rio de Janeiro: Ano 2, n. 01, 2003.

SANTILLI, Juliana. **A distribuição socialmente injusta dos ônus gerados pelas políticas de criação e implantação de unidades de conservação ambiental em áreas ocupadas por populações tradicionais:** a visão crítica do socioambientalismo e as tentativas de superação de tais discriminações sociais através de mecanismos jurídicos criados pela Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza). Brasília, 2006, mimeo.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel C. de M; GUIMARÃES, Leandro B. **Desenvolvimento sustentável.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SHIKI, Shigeo. Caminhos agroecológicos em assentamentos de reforma agrária: relação conflituosa entre atores sociais e naturais. **Sustentabilidade: uma paixão em movimento.** Porto Alegre: Sulina, 2004.

SHIVA, Vandana. Recursos naturais. In. SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 300-316.

SOARES, A. K. A. **Estudo etnoecológico dos sistemas agro-extrativos de produção na região lacustre do Caçó, município de Primeira Cruz.** São Luís, 2007. 71 p. Programa de Pós Graduação em Agroecologia, mestrado. Universidade Estadual do Maranhão.

SOUZA, José Ribamar Furtado de; FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **(R)evolução no desenvolvimento rural: território e mediação social: a experiência com quilombolas e indígenas no Maranhão.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2004.

ULLRICH, Otto. Tecnologia. In. SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 339-354.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO RELAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS<sup>34</sup>

Nome do(a) entrevistado(a): \_\_\_\_\_ Apelido: \_\_\_\_\_

Nome do povoado: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

**1.0 Sobre o(a) entrevistado(a)**

1.1 Idade: \_\_\_\_\_ 1.2 Sexo: ( ) Masc. ( ) Fem.

1.3 Estado Civil: ( ) solteiro ( ) casado ( ) mora junto ( ) separado ( ) Viúvo ( ) outro

1.4 Naturalidade: \_\_\_\_\_ Trajetória: \_\_\_\_\_

1.5 Com quem co-habita: ( ) com o pai ( ) com a mãe ( ) com o cônjuge ( ) com os filhos ( ) outra situação

1.6 Quantas pessoas co-habitam: \_\_\_\_\_

1.7 Tem filhos: ( ) Sim ( ) Não Quantos: \_\_\_\_\_ Idades: \_\_\_\_\_

1.8 Quantos filhos moram fora: \_\_\_\_\_ Idades: \_\_\_\_\_

1.8.1 Onde: \_\_\_\_\_

1.8.2 Por quê? \_\_\_\_\_

1.8.2.1 Com quem? ( ) Parentes ( ) Sozinho ( ) Amigos da família ( ) Outro \_\_\_\_\_

1.9 Naturalidade do pai \_\_\_\_\_ Trajetória: \_\_\_\_\_

1.10 Naturalidade da mãe \_\_\_\_\_ Trajetória: \_\_\_\_\_

1.11 Há quanto tempo o(a) Sr(a). mora no povoado: \_\_\_\_\_

**2.0 Sobre a atividade principal**

2.1 Profissão (principal atividade): \_\_\_\_\_

2.1.1 Qual é a frequência da sua atividade principal? ( ) Diária ( ) Semanal ( ) Quinzenal ( ) Mensal

2.2 O(a) Sr(a). exerce outro tipo de atividade rentável (fora sua atividade principal)? ( ) Sim ( ) Não Qual(is)? \_\_\_\_\_

2.2.1 Com que frequência? ( ) Diária ( ) Semanal ( ) Quinzenal ( ) Mensal

2.2.2 Qual a importância da(s) outra(s) atividade(s)? ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta

2.3 O(a) Sr(a). é aposentado(a) ou pensionista? ( ) Sim ( ) Não

2.3.1 Tem alguém, entre os co-habitantes, aposentado ou pensionista? ( ) Sim ( ) Não

2.4 O(a) Sr(a). é associado(a) à colônia? ( ) Sim ( ) Não

2.5 O(a) Sr(a). é associado(a) ao sindicato? ( ) Sim ( ) Não Qual? \_\_\_\_\_

2.6 Como a colônia de pescadores atual?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2.7 Como o sindicato atua? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

<sup>34</sup> Adaptado de ISAAC, Vitória, 2004

- 2.8 O(a) Sr(a). goza do seguro desemprego durante o defeso?  Sim  Não
- 2.9 O(a) Sr(a). tem carteira de trabalho assinada?  Sim  Não
- 2.10 Qual o seu grau de escolaridade? \_\_\_\_\_
- 2.11 A quanto tempo pratica sua atividade principal? \_\_\_\_\_
- 2.12 Quantas pessoas da família estão envolvidas na atividade principal? \_\_\_\_\_
- 2.13 Qual a principal forma de transporte?
- Só por via marítima/fluvial
  - Só por via terrestre
  - Por via marítima/fluvial e terrestre
- 2.14 Como é a infra-estrutura viária?
- Conexões terrestres e marítima/fluvial boas
  - Conexões terrestres e marítima/fluvial precárias
  - Conexões marítima/fluvial boas
  - Conexões marítima/fluvial precárias
  - Conexões terrestres boas
  - Conexões terrestres precárias
- 2.15 Número de pessoas (pescadores/lavradores) explorando o sistema.
- Em decréscimo
  - Mantém-se estável nos últimos cinco anos
  - Apresenta um ligeiro crescimento nos últimos cinco anos
  - Apresenta um acentuado crescimento nos últimos cinco anos

### 3.0 Aspectos Ecológicos

- 3.1 Como o(a) Sr(a). tem observado o ecossistema local ao longo dos anos?
- Conservado
  - Degradado
  - Comprometido
- 3.1.1 Como o(a) Sr(a). acha que ele deve ser utilizado?
- Respeitando os limites naturais, independente das necessidades dos moradores
  - Para atender às necessidades dos moradores, mesmo que comprometa os limites naturais
  - Para atender às demandas do mercado consumidor nas cidades, mesmo que comprometa os limites naturais
- 3.1.2 Como ele é, efetivamente, utilizado?
- Respeitando os limites naturais, independente das necessidades dos moradores
  - Para atender às necessidades dos moradores, mesmo que comprometa os limites naturais
  - Para atender às demandas do mercado consumidor nas cidades, mesmo que comprometa os limites naturais
- 3.2 Qual a situação atual da exploração?
- Sub-explorado
  - Médio
  - Alto
  - Sobre-explorado
- 3.3 O(a) Sr(a). notou diminuição de algum animal (ave, peixe, caça) ou planta nos últimos anos?
- Sim  Não Qual(is)? \_\_\_\_\_
- 3.4 O(a) Sr(a). observou o aparecimento de algum animal ou planta novos nos últimos anos?
- Sim  Não Qual(is)? \_\_\_\_\_
- 3.5 O(a) Sr(a). tem observado mudanças na quantidade do pescado (peixe, caranguejo, siri, ostra) capturado?
- Não
  - Aumentou
  - Diminuiu
- 3.6 O(a) Sr(a). tem observado mudanças na quantidade do legume colhido?

- Não  
 Aumentou  
 Diminuiu
- 3.7 Quem o(a) Sr(a). acha ser o maior responsável pela degradação ambiental no município?
- O lavrador/pescador (artesanal)  
 A pesca industrial/comercial  
 Outro tipo de indústria  
 A prefeitura municipal  
 O governo estadual  
 O IBAMA

#### 4.0 Aspectos Tecnológicos

4.1 Quais os instrumentos/equipamentos que o(a) Sr(a). utiliza em sua atividade principal? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4.2 Em caso de pesca/cata, existe seletividade?

- Não  
 Sim, alta  
 Sim, média  
 Sim, baixa
- 4.3 O(a) Sr(a). tem barco?  Sim  Não      Quantos? \_\_\_\_\_      Tipo? \_\_\_\_\_

4.3.1 Como é o sistema de propulsão?

- Remo  
 Vela  
 Motor até 20hp  
 De 20hp a 200hp  
 Mais de 200hp
- 4.3.2 Se não tem, gostaria de ter?  Sim  Não      Tipo? \_\_\_\_\_

4.3.2.1 Quanto custa? R\$ \_\_\_\_\_

4.4 O(a) Sr(a). tem casa de farinha?

- Sim     Não, usa a da família     Não, usa a da comunidade     Não, aluga/arrenda

4.4.1 Em quanto está avaliada? R\$ \_\_\_\_\_

4.4.2 Se não, gostaria de ter?  Sim  Não

4.4.2.1 Quanto custa? R\$ \_\_\_\_\_

4.4 Qual a tecnologia de processamento do produto antes da primeira venda?

- Nenhuma  
 Existe e pouco sofisticada      Qual? \_\_\_\_\_  
 Muito sofisticada      Qual? \_\_\_\_\_

4.5 Qual o método de conservação do seu produto?

- Nenhum  
 Pouco sofisticada      Qual? \_\_\_\_\_  
 Muito sofisticada      Qual? \_\_\_\_\_

4.6 Existe algum(ns) equipamento(s)/ferramenta(s) que o(a) Sr(a). adquiriria, se pudesse?  Sim  Não

Qual(is)? \_\_\_\_\_

Quanto custa? \_\_\_\_\_

#### 5.0 Aspectos Econômicos

5.1 Como é formada sua unidade produtiva?

- Trabalha só

- Trabalha com a família  
 Trabalha em parceria/cooperativismo/mutirão  
 Trabalha para um patrão  
 Contrata uma equipe
- 5.2 Qual(is) é(são) o(s) principal(is) produto(s) que o(a) Sr(a). produz/captura? \_\_\_\_\_
- 
- 5.2.1 Qual a sua produção média mensal? (registrar em unidades de medida padrão) \_\_\_\_\_
- 
- 5.3 Qual o destino do produto?
- Familiar  
 Local  
 Regional  
 Nacional  
 Internacional
- 5.3.1 Por quanto o(a) Sr(a). vende a produção mensal? R\$ \_\_\_\_\_
- 5.3.2 Qual sua renda média mensal? R\$ \_\_\_\_\_
- 5.3.3 Sua família recebe bolsa escola?  Sim  Não Quanto? R\$ \_\_\_\_\_
- 5.4 Quanto o(a) Sr(a) paga de energia elétrica por mês? \_\_\_\_\_
- 5.5 O(a) Sr(a) possui algum eletrodoméstico ou eletroeletrônico?  Sim  Não
- Qual(is)? \_\_\_\_\_
- 
- Em quanto está avaliado? R\$ \_\_\_\_\_
- 5.5.1 O(a) Sr(a). deseja adquirir algum eletrodoméstico ou eletroeletrônico, que não tem?  Sim  Não
- Qual(is)? \_\_\_\_\_
- 
- Quanto custa? R\$ \_\_\_\_\_
- 5.6 Qual o padrão de construção de sua residência?  Alvenaria  Taipa  Outro \_\_\_\_\_
- 5.6.1 Caso sua residência não seja de alvenaria, gostaria que fosse?  Sim  Não
- Qual o valor? R\$ \_\_\_\_\_
- 5.7 Tendo filhos estudando fora, quanto lhe custa por mês? R\$ \_\_\_\_\_
- 5.8 O que seria necessário para atender a essas demandas?
- Trabalhar e produzir mais  aumentar o preço do produto  Outras \_\_\_\_\_

## 6.0 Aspectos de Manejo

- 6.2 Quem controla o acesso ao recurso natural?
- Não há controle  
 A própria comunidade  
 A Prefeitura  
 A SEMA  
 O IBAMA  
 Particular (dono)
- 6.2.1 As medidas de controle atrapalham ou ajudam no desenvolvimento de sua atividade principal?
- Nenhum coisa, nem outra  
 Atrapalham  
 Ajudam
- 6.2.1.1 Por quê? \_\_\_\_\_
- 
- 6.3 A sua atividade principal tem provocado algum impacto (poluição, degradação de habitats costeiros, etc.) sobre os recursos naturais (fauna, flora, mineral)?
- Não sei  
 Não  
 Sim, Parcialmente diagnosticados  
 Sim, Diagnosticados, e existem ações de mitigação desses impactos

Sim, mas com completa mitigação desses impactos.

6.4 Existem conflitos pela apropriação de recursos naturais ou locais de pesca, de cata, de roça?

Sim  Não.

6.4.1 Caso afirmativo, quais? \_\_\_\_\_

6.5 O(a) Sr(a). acha que tem risco de esgotamento dos recursos que são atualmente utilizados pelos moradores desse povoado?  Sim  Não.

6.5.1 Por quê? \_\_\_\_\_

6.6 O(a) Sr(a). acha que os recursos naturais existentes em sua região são suficientes para garantir o aumento da renda dos moradores e atender às demandas de consumo?  Sim  Não

Por quê? \_\_\_\_\_

6.7 O(a) Sr(a) sabe o que é reserva extrativista?  Sim  Não

6.7.1 Caso afirmativo, gostaria que fosse criada uma em seu município?  Sim  Não